



Diário **OFICIAL** Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 1.240 | 18ª Legislatura | 14 páginas
Curitiba, Segunda-Feira, 6 de Março de 2017

Mesa Executiva

DEPUTADO GUTO SILVA 1º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO Presidente	DEPUTADO WILMAR REICHEMBACH 3º Secretário
DEPUTADO ANDRE BUENO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES 1º Secretário	DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO 4º Secretário
DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 3º Vice-Presidente	DEPUTADO JONAS GUIMARÃES 2º Secretário	DEPUTADO ADELINO RIBEIRO 5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Deputado Tadeu Veneri
PMDB	Deputado Nereu Moura
PSD	Deputado Hussein Bakri
DEM	Deputado Elio Lino Rusch
PT	Deputado Professor Lemos
PDT	Deputado Nelson Luersen
PSB	Deputado Tiago Amaral
PSDB	Deputado Francisco Buhrer
PSC	Deputada Claudia Pereira
Bloco - PRB,PPL,PSL	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PV	Deputado Tião Medeiros

Representação Partidária

PSB - Claudia Pereira, Gilson de Souza, Claudio Palozi, Evandro Araújo, Luis Raimundo Corti, Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Anibelli Neto, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, André Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhrer, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Arruda. **PDT** - Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, Nelson Luersen. **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Alexandre Guimarães, Chico Brasileiro, Cobra Repórter, Guto Silva, Hussein Bakri, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Ney Leprevost. **PSB** - Alexandre Curi, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Stephanes Júnior, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Gilberto Ribeiro - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

Deputados Licenciados

PSD - Ratinho Júnior. **PPS** - Douglas Fabrício. **PSB** - Artagão Junior.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral	Flavio Luis Coutinho Slivinski
Secretário - Geral da Presidência	Luiz Fernando Feltran
Diretor Legislativo	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro	João Ney Marçal Junior
Diretora de Comunicação	Kátia Chagas
Controladora Geral	Flávia Malucelli Baltazar
Ouvidor Geral	Caíto Quintana

Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911
Telefone 41 3350.4000

Sumário

Sessões Plenárias	03
Publicações Administrativas	12
Editais e Contratos	13

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de fevereiro de 2017 - Ata n.º 9.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PSB), Alexandre Guimarães (PSD), Andre Bueno (PSDB), Aníbelli Neto (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PPS), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Gilberto Ribeiro (PRB), Gilson de Souza (PSB), Guto Silva (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luís Corti (PSC), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Missionário Ricardo Arruda (DEM), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PDT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pérciles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Reichembach (PSC), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Stephanes Junior (PSB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS) e Tião Medeiros (PTB) (45 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Srs. Deputados Adelino Ribeiro (na função de 1.º Secretário) e Jonas Guimarães (2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da 9.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 8, de 21/2/2017), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura do documento protocolado que compôs o Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento original, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo n.º 611/2017**, Mensagem n.º 4/2017 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei (autuado sob o n.º 60/2017) que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito como Banco do Brasil S.A., com a garantia da União, até o valor de R\$ 220.000.000,00, destinados a investimentos na forma que especifica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença dos Vereadores de Engenheiro Beltrão, Srs. Severino Barbosa, Valdecir Neves, Valdir Hermes e Reinaldo Gaino. Registro feito pelo Deputado Marcio Nunes. Sejam bem-vindos.

Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, declaro aberta a **Audiência Pública de Prestação de Contas do 3.º quadrimestre de 2016 da Secretaria de Estado da Fazenda**. Agradeço a presença de toda a equipe técnica da Secretaria da Fazenda presente nesta Audiência Pública. Não vamos declinar os nomes, até por economia processual e de tempo, mas já de imediato vou passar a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda Mauro Ricardo Costa.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): *Pela ordem*, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Queria fazer um questionamento, Sr. Presidente. O art. 146 do nosso Regimento, no § 3.º, ele assegura a participação da sociedade civil nas Audiências organizadas pela Assembleia Legislativa. É uma novidade em nosso Regimento, podendo se inscrever no máximo 30 pessoas da sociedade civil para interagir e participar da Audiência Pública. Queria propor que fosse também à Audiência de Prestação de Contas do Quadrimestre, que também adotássemos esse parágrafo do art. 146 do nosso Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Olha, procede a *questão de ordem*, mas vamos abrir... Está dentro do Regimento Interno, Deputado Romanelli. Está previsto, sim, art. 146, § 3.º, desde que seja entidade civil. Não vamos abrir espaço para pessoas individuais. Quero a inscrição de entidade civil representativa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): *Pela ordem*.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Sem querer divergir de uma forma frontal ao entendimento da Mesa, quero dizer que estamos tratando de uma apresentação que está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e não na Audiência Pública, que foi, aliás, muito bem regulamentada por esta Casa. Mas daí, por conta de Requerimento apresentado por Parlamentar, *data venia*, penso

que a Mesa fez uma interpretação, mas quero dizer, sem querer...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Não concluí ainda. Ia concluir. Exatamente, a entidade civil representada, desde que as perguntas tenham sido encaminhadas ao *site* da Assembleia, para que possamos habilitá-las às respostas. Até o presente momento, pelo que temos conhecimento, não há nenhuma pergunta encaminhada por entidade civil representada. Portanto, valerá a regra para a próxima Audiência Pública.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Presidente, *pela ordem*. Desculpe-me, mas tenho que divergir de V. Ex.ª agora, senão V. Ex.ª transformará isso em uma decisão da Mesa. O art. 145 regulamenta as Audiências Públicas e trata: “Caberá às Comissões Temporárias e Permanentes, observadas as suas competências específicas, convocar audiências públicas com entidades da sociedade civil...” Estamos tratando de outra natureza. Do que estamos tratando aqui, Ex.ª? Desculpe-me, mas quero dizer que a interpretação que a Mesa faz não é a correta em relação a isso. O artigo nosso, esse artigo foi muito bem apresentado aqui, esse dispositivo pelo Deputado Requião Filho, que apresentou essa Emenda no Regimento, mas estamos tratando de outra natureza de Audiência Pública, prevista na LRF...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Não estou, sob nenhuma hipótese, tolhendo nenhuma participação de ninguém.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Só para colocar aqui que sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão e também do Deputado Nelson Justus várias vezes participei, como Presidente da APP Sindicato, das Audiências aqui. Fiquei inclusive junto com os Deputados, fiz questionamentos, outras lideranças sindicais também fizeram e o debate foi muito produtivo, nunca tivemos nenhum problema em participar das Audiências em conjunto com os Deputados. Eu não era Deputado naquela ocasião.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): *Pela ordem*, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Gostaria, até para esclarecer ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que se for possível a assessoria jurídica providencie a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que ela diz no seu art. 9.º, § 4.º, porque aí talvez o Deputado Romanelli possa ser esclarecido. Ele está se baseando no que diz o Regimento Interno, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a participação... Calma lá, Deputado Romanelli. Prevê, às vezes... Ele está com o tobata dele muito acelerado ali. Hoje ele está meio fraquejado, está faltando um pouco de combustível no tobata. Mas, ela prevê, Deputado Romanelli, que as pessoas, não individualmente, como que citou, Presidente, mas por meio das suas entidades possam, representando as suas entidades, fazer as perguntas. Vossa Excelência está colocando aqui pelo *site*, talvez até possa fazer em uma outra ocasião presencialmente, mas pelo *site* elas podem se inscrever e acho que caberia inclusive deixarmos aqui qual é o *site* da Assembleia para fazer as perguntas e encaminharem. Não vejo nenhum problema. Acho que vivemos em uma sociedade onde a informação se dá por diversos mecanismos e não só presencialmente, mas que possamos ter aquilo que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal garantido, para que o Secretário... e obviamente isso não criará nenhum embaraço para o Secretário, que poderá responder como sempre o fez aqui com todas as perguntas que foram feitas a ele. E obviamente não haverá réplica nem tréplica, mas haverá pergunta e a pergunta será, no momento oportuno, respondida. Então, art. 9.º, § 4.º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se for possível ler, agradecerá, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Desculpe, voltarei a insistir, porque o Deputado Tadeu Veneri ou não me escutou ou fez questão de poder reproduzir o raciocínio de forma diferente. Eu disse que esta Audiência Pública é uma outra modalidade em relação...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Qual modalidade, Deputado?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): A modalidade que V. Ex.ª invocou aqui, que o Deputado Tadeu Veneri invocou é do art. 145. Não é disso que estamos tratando aqui. Se V. Ex.ª...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não existem duas modalidades, Deputado Romanelli.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Senhores Deputados, eu, a Mesa, como Presidente, já decidi a *questão de ordem*. Portanto, vamos continuar a Sessão, até porque não há nenhuma pergunta encaminhada à Assembleia por entidade. Portanto, vamos continuar a Sessão e vamos discutir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Excelência, desculpe, mas é uma *questão de ordem* formulada pela Liderança do Governo. Desculpe-me, exijo respeito por parte da Oposição, porque o que diz o art. 145...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Do Regimento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. “Caberá às Comissões Temporárias e Permanentes, observadas suas competências específicas, convocar audiências públicas com entidades da sociedade civil, sempre aberta à participação popular, para debater e instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de quem está interessado.” É disso que estamos tratando aqui?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não é.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Não, não é. Estamos tratando de Audiência Pública que é de outra modalidade, que é prevista no art. 9.º, § 4.º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Leia, Deputado Romanelli, o § 4.º.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Não preciso ler, Ex.a. Estou dizendo que é de outra natureza a Audiência Pública que estamos tratando aqui. Não dá para invocar o artigo errado. Vossa Excelência tem um *software* ao seu lado aí.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Que é bastante competente. O senhor também tem outro *software* aí. Então, não reclame.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Só que o *software* está funcionando de forma equivocada. Então, V.Ex.ª, é o seguinte, estamos tratando, a Mesa tem que observar o Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado Romanelli.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O senhor ouviu que agora temos um novo Presidente aqui. *Questão de ordem* o senhor pode responder dentro do prazo, Sr. Presidente, vamos deixar depois do Carnaval.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Exatamente. Não vou condenar o Deputado Romanelli por inteiro. Vossa Excelência está se fixando no art. 145. Na verdade, o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela estabelece prazos para que o Poder Executivo possa fazer essa prestação de contas quadrimestrais. Mas, na verdade, a regra deveria estar na Comissão de Orçamento. Nós, como regra, nunca fizemos isso aqui na Casa, sempre foi em Sessão Plenária. Então, o art. 145 está correto, ele diz isso, mas é regra na Casa fazermos em Sessão Plenária. Portanto, já decidi a *questão de ordem*. Sem querer condená-lo, acho que V.Ex.ª até tem razão em parte, mas vamos tocar a Sessão. E não há nenhuma pergunta feita em outras oportunidades que encaminhe ao *sie* da Assembleia e nós, na sequência, depois, no próximo quadrimestre vamos encaminhar ao Secretário da Fazenda. Abro agora 30 minutos ao Secretário da Fazenda e na sequência os Deputados que aqui se inscreverem terão cinco minutos para as perguntas, três minutos para a réplica e três minutos improrrogáveis para a tréplica. Temos por enquanto três Deputados inscritos. Então, Secretário Mauro, 30 minutos para a sua exposição.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Primeiramente, queria saudar o Presidente da Assembleia Ademar Traiano, todos os Parlamentares aqui presentes, a equipe da Secretaria da Fazenda, que agradeço pelo trabalho executado até agora e os resultados que vamos aqui apresentar são fruto de um trabalho de grande parte da equipe da Secretaria da Fazenda, assim como das diversas outras Secretarias, capitaneadas logicamente pelo nosso Governador Beto Richa, que deu todo o apoio necessário para que as medidas pudessem ser implantadas e que pudéssemos chegar onde chegamos. Hoje o Paraná realmente se destaca em relação às diversas outras unidades da Federação, porque começou a fazer o ajuste fiscal muito mais cedo do que as outras unidades, percebendo já a crise que vinha pela frente. Começamos ainda em dezembro de 2014, com o apoio desta Casa conseguimos aprovar várias medidas que propiciaram os resultados que vou apresentar. Então, queria também me congratular com todos os convidados aqui presentes, os Vereadores, as senhoras e senhores e dizer da satisfação de estarmos aqui para apresentar estes resultados. Muito bem, vamos lá. Alguém vai passar esse aqui, por favor! Não está passando. Bom, a apresentação aqui é do último quadrimestre do ano passado, logicamente isso acumula todas as receitas e despesas ocorridas em 2016, em cumprimento ao § 4.º do art. 9.º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sumário da apresentação. Apresentarei primeiro as receitas, as despesas, o regime próprio de previdência do Estado, os resultados e os limites em relação à nossa dívida. Primeiramente, em relação à receita. No ano passado as nossas receitas alcançaram, apenas do orçamento fiscal, alcançaram quase R\$ 44 bilhões em 2016, o que significou um crescimento de 12,5%, aproximadamente, um crescimento nominal, e um crescimento real da ordem de 3,54%. Aqui, no que se refere à receita de capital, tivemos um fato extraordinário em 2016 que levou a receita de capital a esse valor de R\$ 2 bilhões 451 milhões, que é bom prestar um esclarecimento aqui a esta Assembleia. Ocorre que o BADEP tinha uma grande dívida do financiamento que fez junto ao BNDES e o Estado assumiu essa dívida do BADEP junto ao BNDES da ordem de aproximadamente R\$ 1 bilhão 941 milhões e agora, neste ano, recebemos, aí o Estado ficou como credor do BADEP. Então, o que fizemos? Nós fizemos um acerto com o BADEP, o BADEP nos pagou em ações e fizemos a capitalização do BADEP. Então, esta despesa aqui de R\$ 2 bilhões 491 milhões, dentro dela temos R\$ 1 bilhão 941 milhões que é a integralização do capital no BADEP, aquisição de ações para condicionamento de capital do BADEP. Por isso esse crescimento extremamente exagerado aqui em receita de capital. As receitas correntes do Estado infelizmente tiveram uma queda real e explicarei mais à frente os motivos que levaram a essa queda real, mas um crescimento nominal na ordem de 7,61%. No que se refere às receitas correntes, a receita tributária tivemos um crescimento nominal de quase 7% e uma queda real de 1,57% - isso é fruto exatamente da crise econômica que vem passando o país desde o segundo semestre de 2014, com decréscimos significativos no PIB. Para vocês terem uma ideia, em 2015 tivemos uma queda de 3,8% e em 2016 uma expectativa de queda de algo em torno de 4%. Então, estamos falando de quase 8% de queda do Produto Interno Bruto e, logicamente, apesar de todas as medidas adotadas pelo Estado, isso também impactou na arrecadação do Estado, em especial na receita tributária. Então, tivemos um crescimento da receita patrimonial por conta da maior disponibilidade de recursos e da melhor aplicação das nossas disponibilidades de recursos em 2016. A receita agropecuária também com um crescimento real, por conta da alienação de madeiras; a receita industrial, por conta basicamente da Tecpar, da venda de vacinas; e as receitas de transferências, tivemos uma queda de aproximadamente 1% real basicamente por conta da

questão do Fundeb, que são parte das receitas próprias do Estado que são transferidas ao Fundeb - como houve queda da arrecadação do Estado, da receita tributária, logicamente isso impacta também nas nossas receitas oriundas do Fundeb. Então, as nossas receitas correntes cresceram em valores nominais 7,61% e uma perda real, já descontada a inflação, de quase 1%, que isso está concentrado basicamente aqui na nossa receita tributária. Aqui é importante este quadro porque ele demonstra o quanto das nossas receitas correntes, quanto é receita própria e quanto é receita de terceiros. Das nossas receitas correntes, quase 90%, para vocês terem uma ideia, das nossas receitas correntes, R\$ 41 bilhões, R\$ 36,5 bilhões são de receitas próprias, e receitas de terceiros quase R\$ 5 bilhões - ou seja, quase 90% das nossas receitas são próprias, decorrentes da arrecadação direta do Estado. Isso demonstrado em um gráfico de pizza fica desta forma: receitas próprias quase 90%; e as receitas de terceiros algo em torno de 11,64%. Na receita tributária, conforme falei anteriormente, no ICMS tivemos uma queda real de 3,07% em relação a 2016, o IPVA também uma queda real de 0,66%, o ITCMD uma queda grande, queda real de algo em torno de 25% e aqui se justifica muito por conta do que ocorreu em 2015, quando enviamos aqui o Projeto de Lei reformulando o ITCMD e estabelecendo uma forma de pagamento com alíquotas progressivas, muitas pessoas correram para fazer a transferência de seus bens a terceiros de tal maneira que pudessem pagar um imposto menor do que pagariam caso o Projeto de Lei fosse aprovado. Então, tivemos aqui em 2015 uma receita extraordinária de ITCMD, bem maior do que a de 2010, como vocês podem observar, e a receita em 2016 um pouco menor, porque ela entrou em uma nova base em 2016. A receita de imposto de renda retido na fonte cresceu, teve um crescimento real significativo, por quê? Porque cresceram as despesas com pessoal e encargos sociais de maneira expressiva, e logicamente cresce o imposto de renda retido na fonte. Da receita tributária, vocês podem observar, quase 80% dela é decorrente de ICMS. Então, estamos aqui, muitas das nossas receitas correntes, grande parte delas é proveniente da nossa receita de ICMS. As transferências que recebemos. Das transferências federais, houve um pequeno acréscimo em 2016 em relação a 2015, basicamente por dois fatores: o primeiro deles foi a repatriação em 2016, que levou algo em torno de R\$ 200 milhões aproximadamente ao Estado do Paraná; e também o reestabelecimento da CIDE, que levou a uma receita de R\$ 79 milhões em 2016, contra apenas R\$ 28 milhões em 2015. Por isso que tivemos um crescimento das nossas transferências federais de 10,6%. Excluídos esses dois fatores, teríamos uma queda nas transferências federais oriundas exatamente da queda significativa também de tributos federais, em especial no que se refere ao IPI. Vocês podem observar aqui que recebemos uma parcela da arrecadação do IPI e a queda real que teve na arrecadação do IPI 13,8%, uma queda em relação a 2016 significativa. As transferências, outras transferências ao Estado, tivemos também uma queda, algo em torno de 5%. E é uma coisa muito interessante e que gosto sempre de mostrar, o quanto o Governo Federal arrecada aqui no Paraná, dos paranaenses, e quanto é devolvido aqui ao Paraná. Vocês podem observar que em 2016, de uma arrecadação de R\$ 883 bilhões o Paraná contribuiu com quase R\$ 40 bilhões, e desses R\$ 40 bilhões o quanto retornou aqui ao Estado, apenas R\$ 14 bilhões. Ou seja, R\$ 40 bilhões são arrecadados dos paranaenses e quanto retorna ao Estado? Algo em torno de R\$ 14 bilhões. Ou seja, retorna ao Estado apenas 35% do que é arrecadado. E quando falo Estado aqui, não estou falando apenas Governo do Estado, aqui estão todas as transferências e execuções que o Governo Federal faz em todos os Municípios e as transferências também ao Governo do Estado. Então, estamos falando em R\$ 14 bilhões. Trinta e cinco por cento retorna e 65% fica com o Governo Federal e é distribuído a diversas outras unidades da Federação, ou são gastos próprios do Governo Federal. Então, quando vamos a Brasília, solicitamos que sejam transferidos mais recursos do Governo Federal aos Governos Municipais ou mesmo Estaduais, eles não estão nos fazendo nenhum favor, é uma obrigação, porque são recursos nossos mesmo que vão para lá e que deveriam voltar em uma quantidade bem maior do que efetivamente voltam. E isso se repete todos os anos, vocês podem observar que é algo bem semelhante os percentuais de retorno em todos os anos - pegamos uma série aqui de 2013 a 2016 e é algo extremamente semelhante, tanto a arrecadação quanto o retorno ao Estado do Paraná. No que se refere ao Fundeb, o Fundeb as pessoas acham: *Não, o Fundeb é um recurso do Governo Federal*. Não é, aqui são recursos do Estado, é 20% da arrecadação do ICMS, 20% da arrecadação do IPVA, 20% da arrecadação do ITCMD que vão para esse fundo e retorna ao Estado um valor absoluto, um valor unitário em reais por aluno matriculado. Então, enviamos no ano passado das nossas receitas próprias ao Fundeb R\$ 4 bilhões e 900 milhões e recebemos de volta do Fundeb R\$ 4 bilhões e 50 milhões, ou seja, tivemos uma perda líquida de quase R\$ 830 milhões. Quer dizer, o Governo do Estado perdeu, mas os Municípios ganharam, porque esse dinheiro foi redistribuído para todos os Municípios do Estado do Paraná. Além das transferências que os Municípios recebem provenientes do IPVA, do ICMS, também recebem as transferências das receitas do Estado relativas ao Fundeb. No que se refere às receitas de capital, tivemos no ano passado uma receita da ordem de R\$ 2 bilhões, quase dois bilhões e meio de reais, mas precisamos retirar dessa receita aquela operação que foi feita com o BADEP, de algo em torno de R\$ 1 bilhão 941 milhões, que logicamente esses números mudam de maneira significativa. O que tem de representativo é o aumento nas operações de crédito. Recebemos no ano passado R\$ 317 milhões provenientes de uma operação de crédito junto ao Banco Mundial, e as transferências de capital, que também tivemos um pequeno crescimento aqui de 2016 em relação a 2015. Das receitas de capital, pode-se observar que 83% são de outras receitas, alienação de bens, transferência de capital. Essa é a composição das nossas receitas de capital. E aqui também é importante mostrar que das receitas de capital, algo em torno de quase 84% são de receitas próprias do Estado, o restante são de receitas de terceiros. Então, é algo extremamente significativo.

No caso das nossas despesas. Apresentada a receita, vamos falar um pouco das nossas despesas. Aqui temos um fato muito interessante, que enquanto as nossas receitas crescem a 3,54% a nível real, as receitas correntes crescem a menos 1% aproximadamente, as nossas despesas no exercício de 2016 cresceram muito mais. E por que elas cresceram? Cresceram porque o Estado aplicou muito mais em saúde, educação, assistência social, segurança pública, pagamento de Pasp, transferência de recursos a Municípios e podemos demonstrar isso aqui aos senhores. As nossas despesas correntes cresceram em termos reais 9,04%, as despesas correntes, sem a insuficiência financeira, 2,63% e os precatórios cresceram também, de R\$ 712 milhões para R\$ 1 bilhão, que foi o que pagamos de precatórios. As pessoas dizem: *Não, o Estado não está pagando precatório*. Pagou, sim. Só no ano passado R\$ 1 bilhão de pagamento de precatórios. E as despesas de capital aqui expressas. E aí vamos olhar as despesas correntes. O que nas despesas correntes cresceu? E aí uma coisa que nos chama muito a atenção são as despesas com pessoal e encargos sociais. Olhem só qual era o gasto que se tinha em 2010, quase R\$ 11 bilhões, e olhem o gasto que tivemos em 2016, quase R\$ 22 bilhões. Estamos falando aqui em dobrar as despesas com pessoal e encargos sociais de 2010 para 2016. E uma coisa muito interessante, por que esses gastos cresceram? Esses gastos cresceram porque foram concedidas ao longo desse período diversas ações no sentido de revisar planos de carreira, concedendo promoções, progressões, reajustes salariais, diversas ações que foram feitas e que possibilitaram um crescimento expressivo da remuneração dos nossos servidores, concessões que levaram inclusive esses servidores a terem um patamar de salário extremamente significativo nas suas aposentadorias e pensões e que levaram também a um crescimento enorme das insuficiências financeiras. Vocês podem observar aqui que a insuficiência financeira, o termo de compromisso, ou seja, o déficit do sistema previdenciário aumentou de 3 e 600 em 2015 para 3 e 500 em 2016, ou seja, um crescimento nominal de 32% ou real de 21%. Quer dizer, um crescimento de um ano para o outro de 21% real. Este é um grande problema que temos aqui, que se não controlarmos as despesas de pessoal aqui do Estado, as receitas todas serão consumidas e ainda faltarão recursos para podermos pagar pessoal e encargos sociais, entendido aí também o pagamento dos inativos e pensionistas. Merece uma atenção especial por quê? Olhem o que aconteceu em relação às nossas receitas correntes. Quanto cresceu aqui de 2015 para 2016? Três bilhões de reais a mais que a população do Estado do Paraná pagou, recolheu ao Estado. E onde foi aplicado esse recurso? Aqui. Qual é a diferença entre pessoal e encargos sociais? Três bilhões de reais. Então, todo o esforço que fizemos em 2015 e em 2016 foi aplicado no pagamento de pessoal e encargos sociais por conta dos aumentos salariais que foram concedidos em outubro de 2015, com 3,45%, e mais o reajuste salarial de 10,67% em janeiro de 2016. Por isso que foi impossível o Estado conceder mais reajuste salarial ainda no exercício de 2017, sendo possível apenas a inclusão das promoções e progressões, que consumirão este ano mais R\$ 1 bilhão e 400 milhões. Então, se compararmos com 2015, temos R\$ 3 bilhões mais R\$ 1 bilhão e 400 milhões, ou seja, R\$ 4 bilhões e 400 milhões que gastaremos a mais em 2017 com pagamento de pessoal e encargos sociais em relação a 2015. Então, não podemos fazer um esforço enorme cobrando da população para aplicar tudo em pagamento de pessoal e encargos sociais. Por isso é importante que tomemos atitudes para que a população seja mais beneficiada com esses crescimentos de receita e em especial no que se refere a investimentos em infraestrutura. Nas outras despesas correntes também tivemos crescimentos, crescimentos relevantes e importantes. Em quais áreas? Transferências a Municípios, aumentamos as nossas transferências aos Municípios em mais de R\$ 300 milhões; nos serviços médicos e odontológicos, crescemos também; no pagamento de precatórios; de material farmacêutico; pagamento de tributos. Ou seja, é uma boa despesa. O crescimento que fizemos nessas despesas são extremamente relevantes. No que se refere a transferências a Municípios, transferimos apenas decorrentes dos tributos estaduais aproximadamente R\$ 330 milhões em relação ao que foi transferido em 2015. E os Municípios aqui no Estado do Paraná foram muito bem aquinhoados em termos de aporte de recursos do Estado, sejam esses diretamente transferidos ou outros provenientes do Fundeb ou de diversas outras transferências por várias outras áreas do Governo. No detalhamento das despesas correntes podem observar que pessoal e encargos sociais representam quase 60% das despesas correntes; juros e encargos da dívida apenas 1%; precatórios, demais despesas correntes e transferências a municípios. Ou seja, a parte que fica para deliberação do Estado ou mesmo da Assembleia é muito pequena, porque toda ela está vinculada a essas atividades ou a essas ações aqui estabelecidas. No que se refere à despesa de capital, os nossos investimentos também cresceram bastante, em 2016 um crescimento nominal em torno de 60% e um crescimento real na ordem de 50%. As inversões financeiras também cresceram significativamente, mas aqui é o aporte de capital que foi feito ao Badep para o encontro de contas com o Estado. A amortização da dívida caiu por conta das negociações que fizemos com o Governo Federal na redução do indexador, na alteração do indexador, que deixou de ser GPM e passou a ser IPCA, e dos juros também, que pagávamos 6% e passamos a pagar 4%, e a carência, que no ano passado também foi estabelecida de seis meses com a dívida com a União. Então, os crescimentos também foram extremamente significativos em investimentos aqui. Os principais investimentos do Estado estão aqui relacionados: na área de manutenção do sistema rodoviário, a parte do DER, de obras nas rodovias; a parte escolar, ampliação e manutenção de infraestrutura escolar R\$ 123 milhões; o Judiciário também fazendo investimentos significativos. Ou seja, os investimentos do Estado, grande parte deles foram aplicados na área de transportes. Vocês podem observar que foram investidos em 2016 R\$ 820 milhões na área de transportes, na área de educação quase R\$ 180 milhões, no Judiciário R\$ 143 milhões e segurança pública R\$ 90 milhões. Foram os principais. Ciência e Tecnologia da mesma

forma; e assistência social. Aqui estão os principais investimentos do Estado efetuados na administração direta no orçamento de investimentos. E aí se pegarmos o orçamento fiscal e o orçamento das estatais – lembrando bem que o orçamento de investimento das estatais compõe o orçamento do Estado, o orçamento do Estado é composto pelo orçamento fiscal, o orçamento de seguridade social, que é o orçamento que se paga aos inativos e pensionistas, e o orçamento de investimento das estatais –, aqui podemos observar um crescimento expressivo, então enquanto no orçamento fiscal o crescimento foi da ordem de 68%, incluindo aqui no orçamento fiscal as inversões financeiras para investimento, ou seja, aquilo que o Estado aporta por exemplo para a Cohapar, para a Cohapar fazer o investimento, ao invés de o Estado investir diretamente em unidade habitacional transfere à Cohapar para a Cohapar fazer esses investimentos, então estamos falando de R\$ 1 bilhão e 700 milhões, ou seja, o orçamento fiscal, uma execução de algo em torno de 70% no orçamento fiscal, e no orçamento das estatais um crescimento de 127%. Tínhamos previsto neste ano um investimento da ordem de R\$ 8 bilhões, previsto no orçamento, e desses R\$ 8 bilhões investimos quase R\$ 6 bilhões, o que é um recorde de investimento no Estado. E a expectativa deste ano é que possamos investir R\$ 7,6 bilhões. Aqui é um quadro que mostra a despesa total do Estado, estamos aplicando, incluindo aqui os investimentos, temos 51% com gasto em pessoal, 2,40% em dívida, transferência a municípios consome 20% do orçamento, precatório 2,34% e inversões financeiras 5,14%. Ou seja, 80% das despesas do Estado estão concentradas nessas atividades, o que é muito. O desafio aqui é controlarmos essas despesas para que parte das disponibilidades do Estado sejam aplicadas em investimentos e as demais despesas correntes em diversas outras áreas do Estado, como segurança pública, assistência social, agricultura. Hoje, infelizmente, não podemos aplicar mais porque grande parte das receitas do Estado estão comprometidas com essas despesas aqui listadas. Aqui as despesas também por função, que é importante abrir os R\$ 42 bilhões. Temos aqui aberto desta forma e aqui também temos números expressivos. Educação, para vocês terem uma ideia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Secretário, daremos mais tempo para concluir.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Em 2016 aplicamos em educação R\$ 10 bilhões, ou seja, R\$ 1 bilhão e 600 milhões a mais do que foi investido em 2015. E olha os números da saúde. Na saúde ampliamos os gastos, os investimentos na área de saúde na ordem de R\$ 360 milhões; gastamos em 2016 R\$ 4 bilhões e 600 milhões em saúde. Então, aqui vocês podem observar as prioridades que o Estado está dando em diversas áreas estratégicas e importantes em relação às funções que o Estado tem de retorno à nossa sociedade. As despesas por função estão aqui estabelecidas. Os grandes gastos estão em educação, estão em transferências a municípios e estão aqui em saúde e segurança pública. Em segurança pública gastamos quase R\$ 4 bilhões. Então, são gastos expressivos que demonstram aqui, por intermédio deste gráfico de pizza, as prioridades que o Governo está dando na aplicação dos recursos arrecadados da nossa população. No que se refere ao orçamento de seguridade social, apresentamos as receitas e as despesas. O orçamento de seguridade social é destinado ao pagamento dos proventos de aposentadorias e pensões. Então, as receitas arrecadadas em 2016 foram da ordem de R\$ 4 bilhões e 400 milhões, e as despesas na ordem de R\$ 8 bilhões e 500 milhões, o que levou o Estado a aportar recursos para a cobertura do déficit previdenciário de três bilhões e meio de reais. O sistema é deficitário em R\$ 4 bilhões de reais, três bilhões e meio de reais o Estado aportou de recursos do Tesouro e o Fundo Previdenciário aportou R\$ 523 milhões, de tal forma que pudesse equilibrar as despesas e receitas. Mas os gastos são realmente enormes, dos R\$ 22 bilhões de gasto com pessoal e encargos sociais, R\$ 8 bilhões e 400 milhões são com inativos e pensionistas. E aqui são os nossos resultados. Aqui é extremamente importante deixar claro que a melhor forma de medir o desempenho de um Estado é você olhar o seu resultado orçamentário. O que é o resultado orçamentário? São as suas receitas arrecadadas menos as suas despesas. Se você quer saber se o Estado tem déficit ou não tem déficit, olhe o seu resultado orçamentário. Hoje mesmo saiu uma matéria extremamente, não uma matéria mas o título da matéria extremamente equivocado no jornal, onde as pessoas estão confundindo resultado orçamentário com resultado primário, dizendo que o Estado arrecadou e não fez o pagamento das despesas porque houve déficit. É um título totalmente equivocado e dado por pessoas que não entendem nada da administração orçamentária e financeira, infelizmente. Mas o resultado orçamentário, apenas do Orçamento Fiscal, comprovando aqui as nossas receitas em torno de R\$ 43,7 bilhões contra uma despesa de R\$ 42,8 bilhões, vocês veem um resultado orçamentário de R\$ 907,7 milhões, ou seja, as receitas foram maiores do que as despesas no orçamento fiscal. Aí, vamos olhar o resultado orçamentário apresentado de outra maneira, que é a maneira como apresentamos o resultado orçamentário nos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que inclusive foram publicados, estão acessíveis no site na Secretaria da Fazenda, foi publicado no Diário Oficial do Estado e aqui consolida não só o orçamento fiscal mas também o orçamento de seguridade social, onde mostra claramente que as receitas do Estado alcançaram R\$ 51,8 bilhões, as receitas do orçamento fiscal mais as receitas da seguridade social, e as despesas alcançaram o valor de R\$ 51,3 bilhões. Ou seja, o Estado alcançou em 2016 um superávit orçamentário da ordem de R\$ 500 milhões, para ser mais preciso R\$ 490 milhões e 360 mil. Então, o Estado está com as suas despesas e receitas equilibradas com muito custo de todos nós, dos Parlamentares que aprovaram medidas importantes, porém algumas duras de serem aprovadas, da população, que teve que contribuir mais em 2015/16, e também do corte profundo que foi feito nas despesas, em especial no exercício de 2015, para que pudessemos pagar todos esses compromissos. O desafio de 2017 é manter essas contas equilibradas em uma economia que não reage e esperamos

que o “fundo do poço” tenha chegado e que não haja mais possibilidade de afundar mais do que estamos hoje, porque realmente teríamos uma situação muito difícil aqui no Estado do Paraná. Mas, as contas estão equilibradas, houve um superávit orçamentário da ordem de R\$ 500 milhões no exercício de 2016. As nossas despesas cresceram mais do que cresceram as nossas receitas. É verdade. As nossas receitas correntes cresceram 0,88% e as nossas despesas correntes cresceram mais, cresceram 3,04%. Por quê? Porque havia espaço, porque não precisávamos gerar em 2015 todo aquele superávit que geramos para pagar compromissos de exercícios anteriores, que não tínhamos mais compromissos de exercícios anteriores a pagar e, sim, os compromissos relativos ao exercício de 2016. Por isso que ampliamos as despesas na área da saúde, ampliamos as despesas na área de educação, ampliamos as despesas na área de segurança pública. As pessoas dizem: *Não, mas você tem um des controle em relação à despesa e receita*. Não existe qualquer des controle em relação à despesa com receita, as despesas comparadas com as nossas receitas, como está aí demonstrado. No que se refere ao resultado primário, as pessoas confundem, algumas pessoas confundem resultado primário com resultado orçamentário, mas se você quer medir o desempenho, olhe o resultado orçamentário, que é como olhamos as nossas contas normalmente, o quanto recebo e o quanto gasto. O que é que é isso? Resultado orçamentário. Resultado primário é uma outra coisa, é um outro modelo e tem uma outra definição, que são as receitas e despesas não financeiras. Tivemos aqui em 2016 várias receitas não financeiras, que não estão, logicamente não são receitas primárias, que financiaram as despesas primárias, ou seja, tivemos superávits financeiros no exercício de 2015 que custearam as despesas primárias. Logicamente elas não estão aqui, como a despesa está aqui, logicamente, há esse resultado aqui negativo de 481, que nada significa porque este financiamento destas despesas se deu exatamente com superávits existentes no exercício de 2015, que não são receitas primárias, porém financiaram despesas primárias. Vou dar um exemplo. Operações de crédito não são receitas primárias, porém elas financiam despesas primárias; alienação de bens não são receitas primárias, porém elas financiam despesas primárias; superávit financeiro de exercício não são receitas primárias, porém financiam despesas primárias. Então, tem que olhar o resultado orçamentário. Ele é positivo? É. Então, o Estado gastou menos do que arrecadou. O resultado nominal também é algo extremamente importante de ser visto, porque você observa a evolução da dívida, a dívida líquida do Estado, quanto ela era e quanto passou a ser. E olha só o resultado nominal aqui do Estado. Olha quanto era a dívida líquida em dezembro de 2014, R\$ 15 bilhões, quanto ela passou a ser em 2015, R\$ 14 bilhões e 700, e olha a dívida líquida em 2016, R\$ 11 bilhões 872 milhões. Ou seja, o Estado reduziu a sua dívida líquida de maneira extremamente significativa, ou seja, reduziu em R\$ 2 bilhões 844 milhões a sua dívida consolidada líquida. Teve o resultado orçamentário de R\$ 500 milhões e reduziu a sua dívida líquida em R\$ 2 bilhões 844 milhões. Quando você reduz a dívida líquida, o que é? É um superávit nominal de R\$ 2 bilhões 844 milhões. A meta era de R\$ 1 bilhão e 300, fizemos R\$ 2 bilhões e 800 milhões. No que se refere à despesa de pessoal, e aqui eu volto a insistir, aqui temos de fato um problema sério, fechamos o ano com 45,39% por conta exatamente de uma interpretação que buscamos junto ao Tribunal de Contas do Estado, em que ele nos permitiu que o termo de compromisso assinado com a ParanaPrevidência para pagamento de inativos e pensionistas fosse apropriado como despesa de pessoal e encargos sociais durante 16 anos – 6,35% a cada ano. E isso, logicamente, foi o primeiro ano, levou o Estado a ter 45,39%. Se não tivéssemos feito, se o Tribunal não tivesse acatado essa proposta que o Estado fez, não poderíamos ter dado promoções e progressões este ano, não poderíamos contratar mais ninguém este ano aqui no Estado do Paraná. E estaríamos aqui, vocês sabem quanto? Com mais de 50%. O limite é 49%, estaríamos aqui com mais de 50%. Olha que com todas essas ações que fizemos, estamos com 45,39%, ou seja, estamos acima do limite de alerta, que o limite de alerta é 90% do limite final, de 49%, ou seja, 44,10%. Estamos com 45,39%. Então, tem que ter uma atenção muito grande em relação aos gastos com pessoal e encargos sociais. E aqui mostrando um pouco a evolução de 2016 em relação a 2015, estamos nesta situação. Houve uma pequena redução do Executivo por conta dessa reclassificação do termo de compromisso, mas o Judiciário tem um aumento real de 8,23. Importante mostrar isso. O Ministério Público, também, da mesma forma, com um crescimento real de 2,88. Estamos diminuindo apenas no Executivo. E no Legislativo também um crescimento de 6,64. É importante que os outros Poderes também façam um controle das suas despesas com pessoal e encargos sociais, senão também vão alcançar em breve índices comprometedores. Com educação, conforme tinha falado anteriormente, aplicamos R\$ 10 bilhões, sendo que desses R\$ 10 bilhões, R\$ 9 bilhões 662 milhões são provenientes da receita líquida de impostos do Estado. Então, o mínimo constitucional estabelecido aqui no Estado é de 30%, ultrapassamos esse mínimo e estamos com 35,22%, que é o que significa no ensino básico mais R\$ 965 milhões e no ensino superior mais R\$ 246 milhões. É quase R\$ 1 bilhão e 300 milhões aplicado a mais em 2016 em relação a 2015. E na saúde também, da mesma forma, o mínimo de 12% e chegamos a 12,08%. Aplicamos em saúde no ano passado R\$ 4 bilhões e 600 milhões, sendo que desse valor R\$ 3 bilhões e 300 milhões são provenientes da receita líquida de impostos e também há um crescimento significativo na aplicação de recursos. Na nossa dívida, é importante mostrar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, também o limite de garantia que é dado de 22%, estamos com 1,18. O limite de operações de crédito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Mais tempo ao Secretário, por gentileza, para concluir.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: O limite de contratação de operações de crédito no ano de 16%, uma contratação de apenas 0,93. O limite de gasto da

dívida de 11,5%, o serviço da dívida no máximo 11,5% da receita corrente líquida pode ser aplicado com pagamento de dívidas, estamos com 3%. E o limite da dívida consolidada é de 200% da receita corrente líquida, estamos com 38,82%. Para vocês terem uma ideia, poderíamos alcançar o valor de R\$ 68 bilhões, onde o Estado poderia ir se fosse no limite estabelecido na legislação e temos uma dívida líquida da ordem de R\$ 13 bilhões, bem abaixo. Temos um espaço bom ainda para fazer novas contratações sem prejuízo às finanças do Estado. É importante mostrar o trabalho que foi feito desde muitos anos, de tal forma que pudéssemos reduzir o comprometimento da nossa dívida em relação à receita. Podemos observar que em 2010 a dívida líquida representava quase 91% da receita corrente líquida do Estado. Em 2016, em dezembro de 2016 fechamos com aproximadamente 39%, ou seja, nesse período houve uma redução de 57,28% da nossa dívida líquida em relação à receita corrente líquida. Então, um trabalho grande de redução da dívida e um trabalho grande em termos de recuperação de receita. Mas está tudo resolvido? Não, temos problemas muito sérios pela frente. O grande problema que estamos passando já há dois anos e meio é a crise econômica por que passa o país, uma recessão muito grande que tem impactado significativamente as finanças da União, dos Estados e Municípios e o faturamento das empresas, elevando a um índice de desemprego muito grande, algo em torno de 12 a 13 milhões de pessoas desempregadas – e esses desempregados, se calculados por esse índice, são pessoas que procuram emprego, fora aquelas que nem estão procurando mais emprego; se somarmos essas, talvez cheguemos a aproximadamente 20 milhões de pessoas desempregadas no país. Isso tem um impacto significativo na vida de todos. Então, o desafio é que haja uma recuperação da economia e com impacto nas nossas receitas, para que possamos ampliar cada vez mais o serviço. E aqui é uma coisa interessante, porque no poder público é bem diferente da iniciativa privada, porque na iniciativa privada se há uma queda de faturamento há uma possibilidade de ajuste interno na empresa reduzindo significativamente custos administrativos, em especial dando férias coletivas, fazendo redução salarial, ou mesmo demissão de pessoal. Na administração pública, nas crises ocorre o inverso, nas crises há uma demanda maior por serviço público, as pessoas abandonam as suas escolas privadas e vão buscar as escolas públicas, as pessoas abandonam os seus serviços privados e vão procurar os serviços públicos de saúde, as pessoas vão em busca na área de assistência social ou mesmo na área de segurança pública. Então, neste momento de crise, onde as pessoas por muitas vezes perdem os seus empregos ou reduzem significativamente os seus salários, a demanda por serviço público aumenta e precisamos ofertar isso com maior qualidade e maior quantidade. É isso que o Estado fez em 2016, por isso que vocês observaram um crescimento das despesas do Estado na área da saúde, na área da educação, na área da assistência social, na área da segurança pública para atender essa demanda adicional que a população está tendo neste momento de crise. Mas o desafio, além desse, da questão econômica, é a redução permanente da despesa. Digo que despesa é igual a cabelo, você tem que estar lá todo o tempo cortando, ou unha, você tem que estar lá todo o tempo cortando, senão elas crescem de maneira assustadora. A captação de receitas não tributárias, temos feito isso acho até que com muita maestria na captação de receitas extraordinárias para investimentos e recentemente, aliás, com uma autorização também da Assembleia, fizemos uma alienação de ações preferenciais da Sanepar, auferimos uma receita significativa da ordem de R\$ 1 bilhão e 200 milhões, que serão aplicados em investimentos ainda neste exercício, e temos várias outras ações nesta área de receitas não tributárias de tal forma que alavancamos recursos importantes para investimentos, ampliar também a arrecadação de receitas tributárias, aqui via o combate à sonegação e à inadimplência para que esses recursos não sejam afastados da população em termos de retorno na forma de prestação de serviço e ampliação da capacidade de investimentos. Ampliamos bastante em 2016, chegar a R\$ 5 bilhões e 800 milhões não foi fácil mas chegamos ao valor de 5 e 800 e esperamos este ano chegar aos R\$ 7 bilhões e 600 milhões. O problema aqui é que estamos investindo muito com receitas extraordinárias, receitas não tributárias. O ideal é que investíssemos mais com receitas ordinárias decorrentes de tributos de tal forma que pudéssemos ter uma maior garantia de recursos disponíveis para investimentos a todo o ano, e quando você faz muito investimento com receitas extraordinárias, essas receitas não ocorrem todo o ano, não é todo o ano que você vende ações da Sanepar, não é todo o ano que você vende ações da Copel ou que você aliena imóveis. Então, é importante que tenhamos um superávit corrente anual significativo que nos permita fazer investimentos com esse superávit corrente, e só conseguiremos fazer esse superávit corrente de que forma? Segurando as nossas despesas correntes, em especial com pessoal e encargos sociais, e ampliando as nossas receitas correntes via combate à sonegação, combate à inadimplência e crescimento da economia. Esses são os desafios que estão à nossa frente; não são poucos, mas com a ajuda de todos, em especial sob o comando do Governador Beto Richa, tenho certeza de que alcançaremos. Muito obrigado a todos. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Muito obrigado, Secretário. Neste momento abriremos espaço para os questionamentos e cada Deputado terá cinco minutos para formular as suas perguntas e suas considerações. Convido agora o Deputado Nereu Moura. Por favor, áudio para o orador, Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Está tudo certo. Só estou aguardando o Secretário chegar. Boa tarde, Sr. Secretário. Senhor Secretário, como homem estradeiro e experiente que é, e levando-se em conta os números que o senhor apresentou aqui, quais são as suas perspectivas em relação ao futuro do Paraná? Acrescentando que, por iniciativas suas, nesses dois primeiros anos de gestão foi aumentado o IPVA, o ICMS, antecipado receitas, renegociada a dívida com o Governo Federal, vendido ações da Copel e da Sanepar, mensalmente sacado dinheiro do Fundo de Previdência, eliminada a data-base, entre outras ações

não menos contundentes. A perspectiva para o novo Governo, que não terá essa margem de manobra, na sua ótica, o que será do Paraná a partir do Governo Beto Richa? A segunda pergunta: Em 2015 o Estado gastou R\$ 3 bilhões e 500 milhões com terceirizações e em 2016 R\$ 4 bilhões e 770 milhões, um crescimento de 33,8%, de R\$ 1 bilhão e 200 milhões ao ano em relação ao ano anterior. O senhor entende que é justo e correto reajustar os contratos com terceirizados em 34% sendo que a inflação foi de apenas 6%? Não sei se V.Ex.^a está prestando atenção às minhas perguntas, Secretário! O senhor consegue prestar atenção e conversar ao lado também? O Governo do Paraná...

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Não só prestando, mas anotando.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): O senhor mostrou ali no panfleto que o Governo teve um investimento de R\$ 5,7 bilhões, mas apenas 1,7 do Tesouro do Estado, os demais três bilhões e pouco de reais foram da Copel e da Sanepar. Quando da elaboração do Orçamento foi dito – e o senhor esteve aqui – que teria um investimento do Tesouro de R\$ 3,6 bilhões e se descontarmos ainda R\$ 1,7 bilhões, os recursos gastos com gestões de programas, esse investimento vai cair para R\$ 1,3 bilhões apenas, ou seja, menos R\$ 2 bilhões e 300 milhões do que havia sido anunciado com farta propaganda. O que aconteceu, Sr. Secretário? Mais uma pergunta rapidamente: O Beto Richa, nesses slides que V.Ex.^a mostrou, mais ou menos temos um planejamento de que tenha realizado 40% das promessas até agora, em dois anos de mandato; se ele for candidato a Senador, vai renunciar o mandato daqui a um ano, o senhor acha que ele vai cumprir 100% das promessas? Vai honrar a palavra com 100% daquelas promessas elaboradas? E, por último, existe uma Lei Federal que estabelece que pessoas só podem exercer dois cargos em Conselhos ou assumir dois cargos de Conselheiro em Conselhos distintos. Essa lei está sendo cumprida no Paraná?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Sendo que V.Ex.^a está nomeado em seis Conselhos.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Presidente, *pela ordem*. Desculpe, mas V.Ex.^a, conhecedor do Regimento da Casa, sabe que a pergunta que ele está fazendo não tem pertinência com esta Audiência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Vamos nos ater à pergunta, Deputado.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): É sim. Estou cumprindo o Regimento, faz parte da prestação de contas.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): E os cinco minutos dele já correram faz muito tempo.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): O Secretário usou mais de uma hora, estou apenas usando aquilo que me é garantido pelo Regimento, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Presidente, ele tem que se ater ao que trata a apresentação. Só isso.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Estou usando o Regimento e não estou... (Discussões paralelas.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado, faremos o seguinte.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): (Fala fora do sistema de som.) O Secretário tem que responder, ele é funcionário do Estado. Ele é funcionário do Estado! Tem que responder as perguntas, os questionamentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado, faremos o seguinte. (Discussões paralelas.) Deputado Nereu, Deputado Romanelli.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): (Fala fora do sistema de som.) Estou aqui e ninguém vai calar a minha voz.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Nereu, por gentileza. Deputado Nereu, por gentileza, só um segundinho. Apenas elucidar aqui, faremos o seguinte procedimento: O Secretário Mauro terá cinco minutos para responder as suas indagações, posteriormente teremos uma réplica e uma tréplica de três minutos para o Secretário Mauro, caso haja necessidade. Peço a V.Ex.^a que possa encerrar a pergunta para que o Secretário Mauro consiga responder.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Vou concluir se o Deputado Romanelli permitir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Quería *pela ordem*, Sr. Presidente.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): O Deputado Romanelli está querendo blindar o Secretário e as minhas perguntas foram respeitadas e dentro do Regimento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): *Pela ordem*, Ex.^a.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Não vai calar a minha voz. Não vai, em hipótese alguma.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Ok, Deputados. Deixem-me fazer uma proposta para os senhores, por favor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Quería pedir *pela ordem*. Pedi *pela ordem* e V.Ex.^a tem que me conceder. Estou invocando aqui o art. 146, § 7.º: “Os Deputados inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição”. É isso que consta no Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Obrigado. Deputado Nereu, permita-me um minutinho. Para que sigamos à risca o Regimento, abro a palavra para o senhor concluir a pergunta e, na sequência, o Secretário Mauro irá fazer os encaminhamentos, por favor.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Se nomear em Conselho do Estado não é gasto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Excelência, desculpe.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Se nomear em Conselho não é gasto. Gostaria que o Secretário respondesse se o Estado do Paraná está cumprindo o que dispõe a legislação federal em relação aos Conselhos do Estado. Gostaria de saber se V.Ex.^a é nomeado em seis Conselhos do Estado do Paraná.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Quer transformar isto aqui em um circo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): A pergunta está realizada. Por favor, com a palavra o Secretário Mauro Ricardo.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Não é circo. Aqui é uma Casa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Ele quer transformar em um circo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Nereu, Deputado Nereu, por favor. Vamos às respostas.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, primeiramente queria saudar o Deputado Nereu e dizer que as perspectiva para o futuro do Estado do Paraná dependem de algumas ações que fogem da capacidade do Governo. A primeira delas é com relação aos gastos com inativos e pensionistas. Hoje a situação dos gastos com inativos, não só no Paraná, mas em diversas outras unidades da Federação, algumas delas inclusive noticiadas fartamente pela imprensa, ultrapassam a capacidade de pagamento. O que temos observado em relação ao comportamento das despesas com inativos e pensionistas aqui no Estado do Paraná é um crescimento expressivo e inclusive foi mostrado aqui o crescimento na ordem de 30% de 2016 em relação a 2015. Mantido esse ritmo de crescimento de despesa, em 2023 teremos um gasto maior de inativos e pensionistas do que os gastos com pessoal ativo. Então, urge uma reforma previdenciária de tal forma que possamos ajustar essa despesa à real capacidade de pagamento dos Estados, não só do Estado do Paraná mas das diversas outras unidades da Federação e ainda do Governo Federal, senão todos nós morreremos. Acho que em 2023 teremos uma situação grave. O que está passando hoje o Rio de Janeiro em relação a inativos e pensionistas, se nada for feito, o Paraná também estará em 2023 em uma situação semelhante a essa. Então, urge a necessidade de promovermos uma reforma previdenciária de tal maneira que adequemos as despesas à capacidade e possamos garantir aos servidores ativos atuais e aos futuros que teremos recursos para pagar as suas aposentadorias e pensões. Então, é algo grave que o futuro do Estado do Paraná, assim como o futuro do país, hoje depende de ajustes na área previdenciária. No que se refere às receitas tributárias e às outras receitas do Estado, acho que o Estado fez o seu dever de casa, ajustou a subtributação que existia no passado – todos tributavam a 18%, com exceção do Paraná, que no varejo tributava 12%; todas as Unidades da Federação tributavam em IPVA 4%, aqui estão 2,5%; todos os Estados instituíram a contribuição previdenciária para os inativos e pensionistas, que não tinham instituído ainda. Então, as ações que foram feitas na área da receita e na área da despesa são fundamentais de serem mantidas para que tenhamos um Paraná muito melhor a cada ano. Este é o desafio que temos, esta é a orientação do Governador e é para isso que estamos trabalhando. Os resultados aqui mostrados espelham exatamente isso que acabei de citar, mas externamente ainda é necessário que haja essa reforma tributária. No que se refere às terceirizações, temos que olhar que terceirizações são essas, porque o que estamos falando é de pagamentos de serviços de terceiros e não de terceirização de mão-de-obra. Então é importante deixar muito claro, porque o Estado não faz tudo, o Estado contrata serviços na área de educação, contrata serviços na área da saúde, por isso que as despesas crescem e os serviços de terceiros crescem. O pagamento, o Estado quando paga a energia elétrica, quando paga consumo de água, tudo isso é serviço de terceiros, quando paga telefonia é pagamento de serviços de terceiros e isso não significa contratação de mão-de-obra. O Estado não está substituindo servidores efetivos por contratos com terceiros de mão-de-obra. Então, há um equívoco em relação a essa questão. No que se refere às promessas do Governador, estão sendo cumpridas, todas elas estão sendo cumpridas. As promessas efetuadas na campanha estão sendo cumpridas pelo Governador. Acredito que até o final de 2018 teremos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Secretário, vamos seguir o Regimento, peço a compreensão de todos. Darei três minutos improrrogáveis ao Deputado Nereu Moura e, naturalmente, uma tréplica para V. Ex.^a poder concluir.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): O Secretário não respondeu todas as perguntas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Nereu, temos agora, no novo Regimento os minutos são improrrogáveis. Então, temos três minutos para vossa réplica e depois três minutos adicionais para o Secretário.

DEPUTADO NEREU MOURA (PSDB): Quería que o Secretário respondesse a pergunta dos Conselhos que fiz.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Já invoquei o artigo do Regimento... (Discussões paralelas.) Desculpe, não há como o Parlamentar continuar insistindo em desrespeitar o Regimento.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Em absolutamente. Se eu não puder...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente. *Pela ordem*. Primeiro, que seja restituído o tempo que o Deputado Romanelli está interrompendo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Ok, será restituído.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Romanelli, por favor

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Fiz uma *questão de ordem* e não interrompi ninguém.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Romanelli, o senhor é Líder do Governo, mas não é dono da Assembleia. Então, mantenha-se no seu lugar. Estou falando... Ouvi-o. O senhor se mantenha no seu lugar. (Discussões paralelas.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): Por favor, Srs. Deputados. Deputado Tadeu, um minutinho, por favor. Só um segundo. Deputado Tadeu, por favor, vou restituir o tempo do Deputado Nereu Moura. Deputado Nereu Moura, só um segundo. Vou restituir o tempo do Deputado Nereu Moura, mas, entretanto, é o seguinte, preciso ler o novo Regimento. Todos estamos nos acostumando ao novo Regimento. No art. 146, § 7.º, Deputado Nereu Moura: “Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto em exposição...” Então, portanto, questões que não estiverem vinculadas à apresentação do Secretário, teria que deixar o tempo correr. Então, por favor, Vossa Excelência tem três minutos para fazer a pergunta.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Não. Continuo mantendo a tese. Queria que o Secretário respondesse se ele é nomeado em seis Conselhos no Estado do Paraná. Só isso!

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): Portanto, a tréplica, Secretário.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: A questão é se o Estado cumpre a Lei nº 13.303? Cumpre a lei estabelecida pelas estatais. Logicamente, alguns dispositivos ali só valerão para os próximos mandatos, tanto dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria ou pela diretoria das empresas; pré-requisitos e as restrições ali estabelecidas não atingem os mandatos atuais, apenas os próximos mandatos. Essa é a interpretação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais. Então, resumidamente, o Estado cumpre a Lei nº 13.303.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): Muito bem. Com a palavra agora o Deputado Tadeu Veneri. Temos cinco minutos para formular o questionamento devidamente. Vamos seguir pelo Regimento a réplica, o horário, porque o novo Regimento é improrrogável. Por favor, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, primeiro quero cumprimentar o Secretário e toda sua equipe que está aqui, cumprimentar o Líder do Governo, embora às vezes ansioso, mas sempre fazendo seu papel. Queria fazer alguns questionamentos ao Secretário. Primeiro, fazendo uma ponderação, Secretário, o senhor fez aqui uma apresentação onde o crescimento do pagamento de pessoal vai de R\$ 10 bilhões, se não estiver enganado, porque não recebemos aqui no papel as despesas, mas de R\$ 10 bilhões para R\$ 21 bilhões. Pergunto se o senhor considerou nesse percentual também esse aumento, porque dá a impressão de que subiu R\$ 10 bilhões em salários, mas se está nisso aí também já descontado 58,26% de IPCA, a inflação? Segundo, dos R\$ 40 bilhões que o senhor disse que o Estado arrecada e manda a Brasília e retornam R\$ 14 bilhões, gostaria de saber também se nesses R\$ 14 bilhões já estão incluídos aqueles serviços que são naturalmente serviços da União, como Forças Armadas, Polícia Federal e as universidades. Porque isso, obviamente, e o senhor é uma pessoa inteligente, sabe que os recursos do Estado não são só do Estado, assim como as Forças Armadas não estariam aqui, não haveria Paraná se não tivéssemos as Forças Armadas, se não tivéssemos a Polícia Federal, se não tivéssemos as Universidades Federais, se não tivéssemos portos e aeroportos que são obrigações do Governo Federal com recursos de toda a União. Porque na sua fala a impressão que dá é que passamos o recurso para lá e só recebemos uma parcela como se fossemos uma ilha separada. Pergunto ao senhor se nesses R\$ 14 bilhões estão incluídos esses custos ou não. Terceiro, a Sanepar, quando fez a IPO, o Governo vendeu também parte de suas ações e arrecadou R\$ 900 milhões. A pergunta é: Vão ser investidos em que esses R\$ 900 milhões? Na mesma linha, o BTG e o Itaú precificaram as ações da Sanepar a 17, estimam que elas cheguem a R\$ 17,00. Ela foi vendida a R\$ 9,52, se não estiver enganado, 9,29, chegou a 13 e hoje está em 14, estão precificando a 17. Essa precificação, está incluída nessa precificação uma expectativa de 26% no aumento da tarifa de água? A pergunta que faço também é com relação à Copel. A Copel tem R\$ 300 milhões para receber do Governo do Paraná por conta do Programa Luz Fraterna? E se tiver, como se fará esse pagamento?

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: No que se refere a pessoal e encargos sociais, o crescimento de 2010 para 2016 saiu de praticamente R\$ 11 bilhões para R\$ 22 bilhões, ou seja, R\$ 11 bilhões de crescimento nominal. O crescimento real foi da ordem de 34,13% já descontada a inflação. No que se refere aos gastos da União, ali procuramos botar todos os gastos da União, tudo o que ela transfere e tudo o que ela gasta aqui no Estado do Paraná. Tiramos essa informação do Siafi, que é o Sistema Integrado de Administração Financeira, do Governo Federal. Esses são gastos em transferência de recurso ao Governo do Estado decorrente do FPE, Fundo de Participação do Estado, são recursos decorrentes do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, ou seja, tudo o que os Municípios recebem mais as aplicações diretas que a União faz aqui no Estado do Paraná. Na realidade, o que ocorre nessa questão de tributação é uma redistribuição de renda – o dinheiro que sai daqui vai lá para o Governo Federal e, logicamente, é redistribuído para outras unidades da Federação que, diria, talvez menos favorecidas do que o Estado do Paraná. Mas, quis mostrar que não estamos pedindo nenhum favor quando vamos solicitar recursos ao Governo Federal. Acho que é uma obrigação do Governo Federal repassar mais do que hoje está repassando. O que estava retornando ao Estado é 35% do que é arrecadado aqui, da população que aqui reside. Acho pouco. Acho que deveríamos lutar para ampliar isso via uma reforma tributária, onde possamos ter um quinhão maior em relação à arrecadação federal, ou mesmo por intermédio de transferências voluntárias de recursos aqui para o Estado. Outra questão, em relação à Sanepar. Desconheço essa avaliação que o BTG e Itaú fizeram de R\$ 17,00 por ações. As ações da Copel, no início de 2016, estavam três, quatro reais. Fizemos um trabalho grande do Estado com a Diretoria da empresa, o Conselho de Administração, com parceiros privados, fizemos um trabalho de toda uma reformulação da Sanepar. Hoje a Sanepar, no nível II na Bolsa de Valores, tem uma valorização bem maior do que tinha no passado.

Instituímos uma governança muito grande em relação à Sanepar, garantindo e minimizando as influências políticas em relação as suas decisões. E foi todo esse trabalho que levou que as ações da Sanepar subissem, por exemplo, de três, quatro reais, como eram no início de 2016, para o valor daquelas ações vendidas ainda em dezembro, no valor de R\$ 9,50, porque tínhamos um compromisso de não vender as ações da Sanepar por um valor inferior ao valor patrimonial, que era de R\$ 9,22. E conseguimos R\$ 9,50. Hoje, há uma percepção muito grande em relação à governança instituída na empresa, a credibilidade que o Governo do Paraná hoje tem em relação ao país e aos investidores, o que tem levado inclusive a uma valorização permanente das ações da Sanepar. Fechamos a R\$ 9,50. Hoje, ela já está em R\$ 13,14, pode até subir mais. Em relação à questão da tarifa, é uma decisão que vai ser tomada pela Agepar, não é uma decisão de Governo. Foi criada uma Agência, uma Agência independente, uma Agência Reguladora, onde está trabalhando numa nova estrutura tarifária para a Sanepar e ela deliberará qual é o valor que deve estar a tarifa e de que forma isso será incorporado no pagamento dos consumidores de água da Sanepar. O Estado não interfere na ação dessa Agência Reguladora. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): Concederemos, conforme o Regimento, a réplica e posteriormente, Secretário, uma tréplica.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Serei bem breve. Acho que, Secretário, primeiro, se o senhor não tem conhecimento, a sua equipe tem, porque obviamente lê todos os informativos econômicos e o BTG não faz segredo nenhum, nem o BTG, nem o Itaú, que hoje a Sanepar, das companhias de água, é uma das companhias que pode chegar a R\$ 17,00, justamente porque poderá dar um aumento de 26%. Pessoalmente, acho que não é isso. Quando eles fizeram todo esse reajuste e inclusive fazendo uma reavaliação de ativos, comunicaram inclusive com uma nota ao mercado, antes mesmo de fazerem IPO e antes mesmo de eventos, comunicaram ao mercado que estava havendo uma reavaliação de ativos, o que elevaria os ativos da Sanepar, e se isso de fato acontecer ou se aconteceu, teremos aí um valor de cerca de R\$ 14,00 ou R\$ 15,00 na ação da Sanepar, acima inclusive daquele valor que foi vendido. Mas, esse é um assunto que vamos debater depois do Carnaval, porque aí teremos uma divergência naquilo que foi vendido com aquilo que a Sanepar, ao fazer a sua reavaliação de ativos, estaria tendo como valor de suas ações. Com relação à tarifa de água, parece que o Governo faz, sim, uma solicitação ou pelo menos encaminha uma solicitação com base, ou a Sanepar encaminha uma solicitação com base nos seus próprios ativos para pagar, pagar os seus ativos e pagar as suas ações, o que daria em torno de 26%. Não sei se Vossa Excelência tem condições de responder ou não, mas também acho que isso aí é secundário. Aqui, outra coisa que lhe pergunto é no que será aplicado o valor adquirido com as ações da parte do Governo do Paraná que fez. Hoje me parece que o Estado do Paraná só tem uma ação preferencial e tem um tanto de ações nominativas, que é uma situação que também queremos debater, mas no pós-carnaval e não aqui. Gostaria que o senhor nos respondesse a respeito da Copel, se essa dívida existe, essa dívida de R\$ 300 milhões do Luz Fraterna do Governo do Paraná com a Copel e como será feito esse pagamento e se, obviamente, esse pagamento incluirá novas faixas de consumidor.

DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, pode começar a contar o tempo do Secretário, mas quero responder essa questão da Sanepar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não, Sr. Presidente. Desculpe, não perguntei ao Deputado Romanelli, perguntei ao Secretário. Quando o Deputado Romanelli for Secretário, se for, e espero que seja um dia, ele pode sentar e responder. Por enquanto, Deputado Romanelli, senta aí e fica como Líder do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): O Deputado Romanelli tem todas as condições de Secretário de qualquer pasta, mas vamos seguir o Regimento, Deputado Romanelli, com sua veemência, para que o Secretário possa fazer sua conclusão.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Cedo-lhe depois uns minutinhos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): “*Questão de Ordem*”.

DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PSB): A *Questão de Ordem* é assim. Tenho o maior respeito pelo Deputado Tadeu Veneri, ele é uma pessoa educada, é inteligente, faz perguntas pertinentes, a Oposição está muito bem representada. O que quero dizer é que se criou um factóide que não é verdadeiro.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Qual é a “*Questão de Ordem*”?

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva – PSD): Deputado Romanelli, com toda delicadeza, vou permitir que o Secretário possa fazer sua resposta. Com a palavra o Secretário Mauro Ricardo.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, as ações da Sanepar estão cotadas a R\$ 14,12, está tendo uma queda hoje de 2,28%. Então, não estão em R\$ 17,00, estão em R\$ 14,12. Há, logicamente, expectativas do mercado em relação a qual vai ser o índice de correção. Claro que há. Então, há expectativas, mas quem vai decidir isso é a Agência Reguladora. Os Srs. Parlamentares aqui deliberaram que a regulação do sistema de abastecimento de água e de esgoto sanitário seria feito pela AGEPAR, é ela que vai deliberar em relação a isso. O pleito já foi feito à AGEPAR e ela vai deliberar qual o percentual e qual a forma de apropriação disso na tarifa. E isso, logicamente, vai se refletir em relação ao preço das ações. É claro que isso vai se refletir em relação aos preços das ações, mas isso não interfere, logicamente, no valor que foi vendido. O valor que foi vendido foi acima do valor patrimonial e é o que o investidor privado estava disposto a pagar naquele momento. Mais à frente a ação podia cair ou podia subir. Hoje subiu, está nesse valor aqui que citei. Onde é que vai ser aplicado? Vai ser aplicado nos investimentos que foram aprovados aqui por esta Assembleia. Todos os recursos estão consignados no Orçamento do Estado, foi aprovado aqui por esta

Assembleia a sua forma de aplicação. Está lá na fonte específica, fonte 125, que é a fonte de alienação de ativos, grande parte daquilo proveniente exatamente dessa alienação. Então, os senhores também já aprovaram a aplicação desses recursos no momento em que aprovaram o Orçamento. O Estado tem dívida relativa à Luz Fraterna. O Estado retomou o pagamento da Luz Fraterna no ano passado. Desde maio do ano passado o pagamento da Luz Fraterna vem sendo feito religiosamente a cada mês, mas estamos em negociações com a Copel para o pagamento dessa dívida, que não é de R\$ 270 milhões, é uma dívida acho que de R\$ 140 milhões, se não me falha a memória, R\$ 140 milhões. São dívidas desde 2011, se não me falha a memória, 2011/2012, parte dela está empenhada e outra parte ainda não está empenhada. Então, estamos exatamente neste mês de janeiro e fevereiro fechando negociações com a Copel para estabelecer um parcelamento no pagamento dessa dívida de tal forma que não comprometa o lançamento do Fundo de Combate à Pobreza de maneira significativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Próximo Orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar o Secretário e toda a equipe que comparece aqui à Assembleia, todos os presentes e todos que acompanham esta Audiência Pública. Secretário, a *Gazeta do Povo* acabou divulgando e o Secretário já afirmou que tem equívoco naquela divulgação. Só para retomarmos aqui, tivemos então, quando comparamos o déficit primário, se olharmos que o déficit foi por conta da despesa primária de capital, então, até quero ler aqui, o déficit na verdade ocorreu por conta da despesa primária de capital. Se olharmos só a receita primária corrente, impostos e transferências, e a despesa primária, pessoal e custeio, o resultado foi um superávit de R\$ 1,2 bilhão. Quando é que deu negativo? Quando tem, então, a entrada da despesa primária de capital com a receita primária de capital, e aí entra o BADEP, na ordem de R\$ 1,9 bilhão. Então, isso não se confirma como algo negativo para o Estado. E aí quando olhamos que também teve despesas de servidores que foram transferidas para pagar em 2016, aí que ao final verificamos que temos que analisar 2016 e 2015 juntos, não dá para separar esses dois exercícios porque senão parece que em um ano teve um superávit grande e no outro encolheu. Então, é importante fazermos essa leitura para avançarmos para 2017. Então, quero aqui questionar sobre o pagamento de promoção, de progressão, o reajuste dos servidores e também esse ajuste que o Estado acabou fazendo na educação e que desemprega aí mais de 10 mil professores este ano com relação à hora-atividade, por exemplo. Então, no meu entendimento, no entendimento dos servidores públicos, e aqui está a direção da APP, o Professor Hermes Leão e demais dirigentes da APP estão aqui presentes acompanhando esta Audiência, o que entendem os servidores? Que o Governo tem as condições, tinha e tem as condições para reajustar o salário dos servidores como os outros Poderes já o fizeram, não deixando o salário defasado, tem as condições neste ano de pagar promoções e progressões que estão atrasadas de 2015 e 2016 e não precisa evidentemente diminuir o número de professores para o mesmo número de alunos, o que certamente fará cair a qualidade da educação ofertada no Estado. Então, olhando também o fechamento do exercício de 2016, fechou abaixo do limite de prudência o gasto com pessoal, ficou em torno de 45,5% quando o limite de prudência é 46,55% – então, aí um ponto percentual abaixo do limite de prudência, evidenciando que tem limite fiscal. E também quando olhamos, tem orçamentário e tem financeiro, porque olhando o Orçamento aprovado para 2017 com as estimativas feitas pela Fazenda vemos que foram estimativas muito pessimistas do ponto de vista de receita e observamos que só o aporte quando o ICMS foi antecipado em janeiro vai dar uns 5% a mais de receita para este ano, somado com o que deve crescer a receita, o Estado deve fechar este ano superando o ano de 2016... (É retirado o som.)

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, o Estado está com as suas contas equilibradas, porém não pode assumir compromissos superiores à sua capacidade de pagamento. Demonstrei bem ali em um quadro, no *slide* anterior, se quiser colocar ali no *slide* 21, que as despesas, tivemos um crescimento das nossas despesas correntes, e aí incluindo todas as despesas correntes, não só as despesas, as receitas tributárias, na ordem de R\$ 3 bilhões. E onde foram aplicados esses R\$ 3 bilhões? Em pessoal e em encargos sociais. As despesas com pessoal e encargos sociais em 2016 aumentaram em relação a 2015 em R\$ 3 bilhões e aumentarão em 2017 mais R\$ 1 bilhão e 400 milhões. Ou seja, entre 2017 e 2015 aumentaremos as despesas com pessoal e encargos sociais na ordem de R\$ 4 bilhões e 400 milhões. Não é pouco. Por que não é possível pagar as promoções e progressões? Porque não tem como pagar, simples, não existe disponibilidade de receita para efetuar o pagamento das promoções e progressões. Se o Estado assumir o compromisso, desculpa, o reajuste salarial, se assumir o compromisso de pagar o reajuste salarial, vai colocar isso no holerite do servidor, mas não vai conseguir ter o dinheiro para efetuar o pagamento. Vai acontecer como está acontecendo em várias outras unidades da Federação. Isso não vamos fazer, não vamos assumir compromissos acima das possibilidades do Estado. Então, é algo extremamente importante, é uma premissa de ajuste fiscal não assumir compromisso acima das possibilidades. Quando houver possibilidade, é claro que fará; há o compromisso de fazer, porém desde que haja a possibilidade de efetuar o pagamento sem logicamente comprometer as finanças do Estado. Então, esse compromisso existe. No que se refere à questão da educação, achamos que o professor efetivo é mais preparado do que o professor contratado temporariamente e que o professor efetivo, é preciso que esse professor efetivo aumente um pouco a sua carga horária na sala de aula, porque ele estava apenas dando poucas aulas. Se observarmos a legislação, ele teria que dar 16 aulas e ele estava dando 13 aulas de 50 minutos, ao invés de 16 aulas de 50 minutos, que era o que a legislação estabelecia. E aí houve uma decisão: *Olha, vamos então ampliar de 13 para 15 para que o professor efetivo, aquele que é mais preparado, aquele que fez o concurso público tenha uma*

presença maior em relação aos nossos alunos e, dessa forma, podemos melhorar os nossos índices em termos de absorção dos alunos nas diversas matérias, que são os índices nacionais estabelecidos em medição de conhecimento. Foi isso que fizemos. Estamos convictos de que pedagogicamente é a melhor forma de melhorarmos os nossos índices de aproveitamento escolar, sem descumprimento do que está estabelecido na legislação. A legislação estabelece que tivesse no mínimo 33 horas-atividade, os professores terão algo em torno de 37 horas-atividade. Das 20 horas que eles foram contratados, terão 7 horas e meia, o que significa 37,5% das 20 horas como horas-atividade para ele fazer as outras, corrigir provas, preparar provas e fazer todas as outras atividades. É assim que inclusive é aqui no Município de Curitiba. O Paraná estava descolado da realidade nacional, da realidade aqui também do Município de Curitiba. Acreditamos que esta forma é a melhor forma de melhorarmos a qualidade do nosso ensino.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Por favor, a réplica.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Secretário, primeiro que não dá para dizer que o professor com contrato temporário é menos preparado que o professor efetivo. Os dois são preparados, são formados, é que o Estado não tem feito concurso público. Quando faz, não convoca todos. Vários desses professores com contrato temporário são professores que foram aprovados em concurso público e não foram convocados. Então, o contrato, o regime de contratar esse professor temporário é precário, mas o professor não é precário. O professor é um professor excelente e faz um excelente trabalho no Estado do Paraná. Quando reduz a hora-atividade do professor, vai reduzir a qualidade da educação ofertada, porque é o tempo que o professor tem para corrigir as provas, corrigir os trabalhos, preparar as aulas e atender a comunidade. Então, isto, além de desempregar mais de 10 mil professores no Paraná, vai sobrecarregar aquele que fica na escola. Economizar em cima da educação é atingir o que mais precioso temos, o nosso estudante. Então, essa medida não melhora a qualidade. E também, com relação à interpretação da legislação, tem uma decisão, aliás, duas decisões já proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a última inclusive suspendeu a Resolução porque entende que tem que aplicar no mínimo 1/3 para hora-atividade, como dispõe a legislação federal. Então, inclusive, o Estado não conseguiu cassar essa liminar. A primeira liminar foi ganha com relação à primeira Resolução. O Estado fez uma nova Resolução, a APP ganhou a nova ação para suspender inclusive essa nova Resolução. Então, isso foi judicializado e o Estado está perdendo inclusive na Justiça. Além de ser algo ilegal, o que o Estado está fazendo, será muito prejudicial à qualidade da educação do Estado do Paraná. Portanto, não vai melhorar a qualidade da educação, vai atrapalhar a educação no Estado. E com relação aos números, o Estado entendia que arrecadaria 3,5% a mais no ano passado, chegou a 7,2% a mais sobre a receita de 2015 e este ano, com essa antecipação de ICMS, já sabemos que o Estado deve arrecadar entre 10 e 12% a mais de receita do que no ano passado. Então, tem as contas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, o Estado tem as condições para tratar bem os servidores sem precisar deixar de pagar o que deve aos servidores.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Deputado, permita-me discordar de Vossa Excelência. Acho que na avaliação do Estado vai haver uma melhora na qualidade dos serviços no momento em que estaremos colocando uma presença maior do professor efetivo na sala de aula, até porque acreditamos que esse professor, ao longo da sua vida profissional, foi recebendo vários cursos de capacitação, o que o habilitaram a ser um professor mais qualificado do que os professores contratados temporariamente. Acreditamos que a presença do professor efetivo mais tempo na sala de aula beneficiará o aluno. Esta é a nossa posição. No que se refere à antecipação de receitas, o Estado fez uma antecipação de receita não para pagamento de despesas correntes. Você não pode receber uma receita eventual, extraordinária, e comprometé-la com uma despesa primária. Impossível que isso possa ser feito, sob pena de se quebrar o Estado no exercício seguinte. Se você pegar essa receita que foi auferida este ano e pagar, por exemplo, um aumento salarial para o funcionalismo baseado nessa receita, no ano que vem vou pagar como? Vai ter outra receita extraordinária para poder cobrir o pagamento dessas despesas permanentes que estarão sendo incorridas caso se aloque isso para pagamento de pessoal e encargos sociais? Então, não há essa possibilidade. Não vamos fazer nada que comprometa o futuro do Estado do Paraná. Não faremos isso. Tenha certeza dessa questão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Próximo Orador, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Boa tarde, Secretário Mauro. Boa tarde a toda a equipe da Sefa. Nossos cumprimentos pela apresentação. Secretário, a primeira questão se refere ao Fundo de Ciência e Tecnologia. Estivemos analisando uma análise do Tribunal de Contas do Estado das contas de 2016 que apontou percentuais abaixo do mínimo constitucional para aplicação no Fundo de Ciência e Tecnologia: em 2011, 1,67; em 2013, 1,62; em 2014, 1,83; e em 2015, 1,67. Naquela análise o Tribunal de Contas decidiu pela instalação de procedimento com efetivo apontamento das causas, de omissão e apuração de responsabilidades buscando garantir maior efetividade a esse princípio constitucional. Assim, acompanhando as manifestações da unidade técnica, concluiu o TCE e parcialmente o Ministério Público de Contas propondo a posição de ressalva ao não cumprimento do limite e determinação para recomposição de valores que deixaram de ser aplicados no exercício de 2015 e anteriores. A pergunta é: Têm sido tomadas providências nesse sentido, de obedecer a esse mínimo constitucional? Primeira pergunta, Secretário. A segunda, o senhor, até nas apresentações aqui, se não me engano no *slide* 32, mostrou o nosso déficit do sistema previdenciário, acho que em torno de 4 alguma coisa bilhões, R\$ 4,063

bilhões. A pergunta é: Ainda não conseguimos esclarecer, naquela segregação de massa que foi feita em 2015, como ficou o Fundo Previdenciário em relação à receita e à despesa? Pergunta que queremos fazer, até para prestar esses esclarecimentos aqui. A primeira parte seria isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues – PV): Secretário, o senhor tem cinco minutos.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, o Estado há muitos anos que não vinha cumprindo com o índice de Ciência e Tecnologia, talvez até por ser um índice diferenciado em relação a diversas outras unidades da Federação – a maioria das unidades da Federação aplica 1% da sua receita em Ciência e Tecnologia, aqui no Estado do Paraná foi estabelecido constitucionalmente a obrigação de aplicação de 2%, ou seja, acima da capacidade do Estado de efetuar o aporte de recursos na área da Ciência e Tecnologia. Isso tem sido demonstrado pelo Tribunal de Contas em diversos exercícios. No que se refere ao exercício de 2016, contestamos essa posição do Tribunal de Contas. Por quê? Porque aplicamos 2,02%, se não me falha a memória, da nossa receita arrecadada no exercício com Ciência e Tecnologia, no exercício de 2015. Tudo o que arrecadamos, aplicamos um pouquinho mais do que 2% em Ciência e Tecnologia. Logicamente, parte dessa receita foi paga com quê? Com compromisso de exercícios anteriores, que resta pagar. Mas, 2% da nossa receita de 2015 foi aplicada em Ciência e Tecnologia. E no exercício de 2016, mais do que 2%. Acho que foi 2,6, 2,7 aplicado em Ciência e Tecnologia. Contestamos essa posição do Tribunal. Esse recurso está sendo apreciado pelo Tribunal e a nossa justificativa é que da receita aplicamos um pouco mais de 2%. No que se refere ao déficit previdenciário, tem um déficit de R\$ 4 bilhões. Desses R\$ 4 bilhões, R\$ 3,5 bilhões foram cobertos com aportes do Tesouro, e os outros R\$ 500 milhões foram provenientes das reservas matemáticas do Fundo de Previdência do Estado, que existe para isso – as reservas matemáticas do Fundo de Previdência que existem do Estado, que existem para isso. As reservas matemáticas, que existem no Fundo de Previdência do Estado, que giram em torno de R\$ 8 bilhões são exatamente para isso, para a cobertura de eventuais déficits financeiros para o pagamento dos servidores. O Fundo é um Fundo equilibrado atuarialmente. Está sendo construído inclusive o cálculo, uma nota atuarial em relação à situação previdenciária para verificar a disponibilidade do Fundo, e vocês terão oportunidade de analisar e verificar que esse Fundo é um Fundo equilibrado atuarialmente. O que não é equilibrado são os outros dois Fundos, que é o Fundo Militar e o Fundo Financeiro – um paga os civis e outro paga o militar e que, somados os dois, têm déficits atuariais de mais de R\$ 200 bilhões. O que falei anteriormente, da necessidade de ser fazer uma reforma previdenciária.

DEPUTADO EVANDRO ARAUJO (PSC): Em relação ao Fundo de Ciência e Tecnologia, então a metodologia de cálculo do Tribunal, essa contestação se dá por entender que talvez há uma metodologia incorreta de análise das contas? Porque está apontado de maneira clara ali. Então, vamos aguardar essa contestação que foi feita. Em relação ao Fundo de Previdência que queremos entender, também o TCE fez um apontamento assim: “A alteração na segregação de massa promovida pela Lei nº 18.469/2015, de modo a comprometer o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social”. Entendo que, no meu entendimento, ao Fundo de Previdência. E a outra contestação se refere à ausência de repasse da contribuição patronal sobre a folha de inativos e pensionistas. A pergunta é: O Estado tem feito esses repasses obrigatórios ao Fundo? É uma pergunta importante. E mesmo porque o Estado tem feito, o Tesouro tem, digamos assim, tem se comprometido e tem feito os repasses para cobrir o déficit que o senhor acabou de citar. Então, por que não fazer a contribuição patronal, se é que não vem sendo feita?

SR. PRESIDENTE (Deputado André Bueno – PSDB): Secretário, o senhor tem três minutos.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Não faz porque não é devida. Se fosse devida, faria. Entenda bem, o Governo não é patrão de inativo e pensionista. Se ele fosse patrão de inativo e pensionista, ele faria a contribuição patronal de inativos e pensionistas. Ele não é patrão, por isso que não faz contribuição patronal. A contribuição que o Governo deve fazer é de, num percentual, no caso do Fundo Financeiro e do Fundo Militar de 11% sobre a folha dos ativos, é o que diz a legislação federal, não estou inventando, é o que diz a legislação federal, e no caso do Fundo Previdenciário a legislação estabelece também um aporte com 11% e o Estado chegará a 22% numa escadinha, num crescimento anual. Esse aporte, hoje, deve estar em torno de 17, 18% e chegará até 22%. Veja bem, o Estado será sempre responsável pelo pagamento dos ativos, inativos e pensionistas em qualquer situação, em qualquer situação. Não tenha a preocupação, porque não sei o que e tal. Não se preocupe. O Estado é responsável constitucionalmente pelo pagamento dos seus servidores ativos, inativos e pensionistas em qualquer situação. O Fundo Previdenciário não é um Fundo desequilibrado. O que foi feito em 2012 prejudicou significativamente as contas do Estado e para o Fundo Previdenciário, que estava desequilibrado, pegou uma massa grande de servidores e trouxe todos para o Fundo Financeiro e criou o Fundo Militar. Os militares também que estavam lá, vieram todos para cá para serem custeados pelo Tesouro, e as suas reservas matemáticas todas ficaram no Fundo Previdenciário. Em 2015 se observou que essa transferência de massa foi muito maior do que deveria ser, porque causou um desequilíbrio grande para o Tesouro e criou um superávit enorme no Fundo Previdenciário. O que se fez em 2015? Pegou uma quantidade de servidores – 73 mil servidores com 73 anos ou mais – e transferiu o pagamento da aposentadoria desses servidores, servidores civis, não os militares, para o Fundo Previdenciário, absorvendo o quê lá no Fundo Previdenciário? Um superávit atuarial que existia por conta desse desequilíbrio de transferência de massa que ocorreu em 2012. O fundo é equilibrado. Mesmo que não o fosse, é responsabilidade do Estado pagar todos os inativos e pensionistas, não só aqueles que estão lá, mas também aqueles

que ainda... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues – PV): Próximo Deputado inscrito, Deputado Anibelli. O senhor tem cinco minutos para fazer os questionamentos.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Obrigado, Senhor Presidente. Boa tarde, Secretário. A pergunta inicial é por que – vários Prefeitos até me perguntaram e não tenho esse conhecimento – no começo do ano, Sr. Secretário, foram distribuídos R\$ 429.823.000,38, se não me falha a memória, a informação é correta, na quota-parte extra do ICMS dos Municípios, 25% que tem a ver cada Município, aquela cena que teve dos Prefeitos recebendo o cheque etc, então teoricamente foi passado aos Prefeitos e à imprensa que era um recurso que seria recebido em janeiro de 2018, onde foi conversado com algumas empresas que fazem parte daquele Programa Paraná Competitivo, onde existiu um desconto e por esse motivo eles resolveram pagar com antecedência. Então, a primeira pergunta: Por que o Estado fez isso? Segundo: Quantas empresas fazem parte do Programa Paraná Competitivo? Terceira pergunta: Quantas empresas aderiram a essa oportunidade? E quarto: Quantos por cento na média foi dado de desconto para essas empresas que aderiram?

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues – PV): Secretário, o Senhor tem cinco minutos.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, por que foi feito? Não é a primeira vez que o Estado fez, é a terceira vez que o Estado faz a antecipação.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Mas, digo na situação local. Outras vezes, talvez, tenha outra justificativa. Por isso fiz essa pergunta.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Nas vezes anteriores foi para cobertura de caixa do Estado, cobertura de déficit de caixa. Desta vez foi para fazer investimentos. A nossa intenção é antecipar investimentos. Inclusive, prevíamos já essa operação no momento em que encaminhamos a proposta orçamentária e estão lá consignados os recursos provenientes dessa antecipação de recebíveis que o Estado tem de tal forma que possamos o quê? Antecipar investimentos. Ao invés de fazer o investimento ao longo de 10, 20 anos, que essas receitas ingressariam, vamos antecipar esses investimentos trazendo o benefício mais rápido à população. São algo em torno de 60 empresas, aproximadamente 60 que participam do Paraná Competitivo e algo em torno de oito empresas... Ofertamos para todas elas, foi editado um decreto estabelecendo as regras para essa antecipação, baseada em uma lei que foi aprovada por esta Assembleia também, se não me falha a memória, em 2013 ou 15, não, 2013 ou 12, e estabelecemos a regulamentação, uma nova regulamentação em 2015 e ofertamos a todas as empresas e oito delas aceitaram e fizeram a antecipação, o recolhimento no dia 13, se não me falha a memória, de janeiro, é isso? No dia 13 de janeiro. Não sei aqui quais foram os descontos de cada uma das empresas, mas o que foi ofertado para elas foi trazer o pagamento, se levou a essas empresas que tinham esses recebíveis corrigidos pela inflação. Então, o processo que está regulamentado no decreto é a correção desses recebíveis pela inflação, você traz e depois traz de volta pela Selic. Foi isso que foi feito e aí as empresas fizeram os seus cálculos e algumas acharam que era compensador fazer, outras acharam que não, tanto é que de 60, apenas oito fizeram esse recolhimento. Acho que não fizeram o recolhimento. Estamos estruturando aquela operação também de alienação de recebíveis, que foi um projeto já aprovado por esta Assembleia em 2015, porque aí vamos transferir esses recebíveis para o Paraná Securitização, que vai fazer o processo de alienação desses recebíveis. Essas empresas, por que é que elas fizeram? Tem um fator fundamental: Porque se fizessemos com esses recebíveis delas o que vamos fazer com os outros, poderia contaminar eventuais operações financeiras que viessem a fazer no futuro. Por exemplo, pego uma grande multinacional que tem o recebível dessa multinacional, transfiro esse recebível e essa empresa me dá debêntures e vou vender debêntures no mercado lastreado nesse recebível dessa empresa. Isso no futuro poderia eventualmente prejudicar alguma outra operação que ela viesse a fazer em condições diferentes do que essa, porque já estaremos fazendo derivativos dessa operação. Por isso que algumas empresas e grandes resolveram fazer antecipação direta, porque o recebível dela não circula no mercado financeiro. Então, isso foi um fator extremamente importante para que essas oito empresas optassem por fazer uma operação direta com o Estado.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Então, o senhor não tem neste momento, primeiro, que dizer quanto foi oferecido para cada... Pelo que entendi, cada caso foi feito um tratamento diferenciado, cada empresa teve uma situação, ou foi no geral, é tanto por cento nessa situação?

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Não, aí depende do parcelamento que tem. Você levou, se tiver um recebível a ser realizado no ano que vem, você levou com a inflação prevista para o ano que vem e trouxe pela Selic. Ah, tenho um recebível daqui 10 anos. Foi feito da mesma forma. Então, para cada parcela, você levou uma taxa diferente, uma taxa de ida e uma taxa de volta. Você põe isso numa planilha.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): O senhor tem condições de nos passar o valor que foi dado de desconto para cada empresa que aderiu das oito? É possível?

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Sim.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Está ótimo. Outra pergunta, Sr. Secretário. O senhor reiterou aqui algumas vezes que o Estado está equilibrado, que não fará nenhuma loucura. Esse Programa de ajuda do Governo Federal aos Estados, o senhor, na sua opinião, sei que não é uma decisão sua, é uma decisão do Governador, mas na sua opinião, enquanto homem forte das finanças do Estado do Paraná, o senhor entende que o Estado tem que aderir a esse Programa de ajuda aos Estados? O Estado do Paraná?

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Anibelli, só para

seguirmos o procedimento, é a última pergunta. Faremos todas as perguntas em três minutos, depois para o Secretário.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): É isso e acabou. Obrigado!

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: O Estado do Paraná atualmente não precisa fazer adesão a esse Programa, mesmo porque ele nem atende aos pré-requisitos estabelecidos nesse Programa, porque a receita, a despesa de pessoal dele teria que estar comprometendo em mais de 70% da sua receita corrente líquida e teria, logicamente, inúmeros encargos decorrentes da adesão a esse Programa. Por isso que o Estado não quer fazer nenhuma loucura. O Estado não quer assumir compromisso acima das suas possibilidades porque se vier a fazer isso, provavelmente vai ter que fazer como o Rio de Janeiro, vai ter que aderir a esse Programa, vai ter que vender a Copel, vender a Sanepar e vender as suas empresas, aumentar as contribuições dos seus servidores e terá que passar, como o Estado do Rio está passando, por todas essas confusões e por todas essas mobilizações que estão ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, que vai ficar seis anos sem qualquer reajuste salarial aos servidores do Estado do Rio de Janeiro, três prorrogáveis por mais três – se três não resolverem, terá mais três. Em três não solucionará a questão do Rio de Janeiro. Então, para não acontecer o que está acontecendo no Rio de Janeiro, que não vamos assumir compromissos acima das nossas possibilidades.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Próximo Orador, Deputado Rasca Rodrigues.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Boa tarde, Secretário. Boa tarde a toda a equipe da Secretaria da Fazenda. Secretário, cada vez mais me apaixono pelo meu Estado. É um Estado que tem contribuído pelas desigualdades sociais deste país. Quando o senhor coloca aqui que dos R\$ 38 bilhões, apenas R\$ 14 bilhões retornam e R\$ 24 bilhões vão para os Estados que não têm essa condição superavitária, fico imaginando como é que seria este Paraná com esses R\$ 24 bilhões todo ano sendo injetados na sua economia. Isso demonstra um Estado forte, rico dentro das circunstâncias, porque se essa mordida do Governo Federal de R\$ 24 bilhões por ano ficasse aqui, teríamos com certeza um Estado muito diferenciado do restante da nação. Mas, orgulha-me isso porque é uma distribuição de renda feita pelo nosso Estado para os nossos irmãos brasileiros de outros Estados menos afortunados. Mas, o senhor disse que dos R\$ 5,6 bilhões investidos teve muita receita extraordinária. Pergunto para Vossa Excelência: Qual foi a porcentagem dessa receita extraordinária nesse investimento? Também os inativos e pensionistas ali, o aumento de R\$ 3 bilhões, quanto foi, desses R\$ 3 bilhões, os encargos sociais que ocorreram, quanto foi para inativos e pensionistas percentualmente nesses R\$ 3 bilhões de acréscimo de um ano para o outro em encargos sociais? E, por último, para ficar apenas nessas três, Secretário, o Nota Paraná, o senhor poderia falar a respeito, o que ele contribuiu, o que isso modificou, o que isso tem ajudado no aumento da receita, qual o impacto desse Programa na economia do Paraná, fazendo um comparativo antes e depois da instituição desse Programa? E ainda, aproveitando a previsão de R\$ 7 bilhões este ano e no ano passado, o senhor disse que foi graças às receitas extraordinárias, nesses R\$ 7 bilhões quanto tem de receita extraordinária prevista? Existe uma projeção sobre esses R\$ 7 bilhões? Porque se não configurar as extraordinárias, não teremos R\$ 7 bilhões, assim como os R\$ 5 bilhões e 600 milhões tiveram muitas receitas extraordinárias, o senhor mesmo colocou aqui, que o Deputado Nereu chegou a R\$ 1 bilhão e 500 mais ou menos do Tesouro em relação aos R\$ 5 bilhões e 600, segundo ele. Então, seriam essas quatro perguntas.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Infelizmente, hoje, o Estado ainda carece de receitas correntes para poder fazer investimentos, tem que gerar superávit corrente, ou seja, a despesa corrente tem que ser menor do que a receita corrente para gerar recursos para investimentos. Infelizmente, isso hoje não ocorre com o Estado no alto grau de comprometimento das suas receitas correntes, com o pagamento de pessoal e encargos sociais, ele tem que se socorrer de receitas extraordinárias para poder fazer investimentos. Então, no ano passado o Estado se apropriou de algo em torno de R\$ 600 milhões de receitas extraordinárias para promover investimentos. Essas receitas extraordinárias saíram de onde? Saíram das operações de crédito que foram realizadas, que são receitas que ocorrem todo ano, e de transferências de recursos de capital para investimentos. Então, o grande desafio que o Estado tem - um dos desafios para 2017 e anos futuros - é exatamente a criação de espaços, de superávits correntes para esses investimentos. A questão dos R\$ 3 bilhões, quer dizer, a despesa com pessoal, ela cresceu de 2015 para 2016 em R\$ 3 bilhões e desses R\$ 3 bilhões o quanto é inativos e pensionistas, essa que é a questão. Deixa ver, mais ou menos R\$ 1 bilhão. Um bilhão de reais de inativos e pensionistas, do crescimento; e R\$ 2 bilhões de ativo. No que se refere à Nota Paraná, a Nota Paraná tem sido um sucesso aqui no Estado, o grau de adesão é muito grande, temos aí em torno de 19 milhões de pessoas que informaram CPFs diferentes nas notas fiscais emitidas aqui no Paraná. Logicamente, tem muitas pessoas de fora do Estado que fazem compras, em especial *e-commerce*, que registram lá os seus CPFs nas aquisições e essas também têm direito a receber os benefícios do Programa. Temos algo em torno de 1 milhão e 400 mil pessoas que se cadastraram no Programa dessas 19 milhões de pessoas e o impacto na arrecadação do varejo foi na ordem de 16%, provenientes de quê? Provenientes da diminuição da omissão da receita. Então, esse Programa é um programa “ganha e ganha”, ganham todos, porque a base dele é o quê? É você ampliar a base de arrecadação e com essa ampliação da base de arrecadação parte do que você arrecada - essa margem -, você divide com o cidadão que acreditou no Programa. E agora que inclusive estamos ofertando essa oportunidade também de participar do Programa a entidades na área da saúde, assistência social, cultura, de proteção animal, aumentou significativamente a adesão ao Programa e está ajudando bastante essas entidades. Então, é algo

que pegou. Difícil de ser implantado, porque envolve uma mudança cultural, as pessoas não tinham o hábito de solicitar a nota fiscal, a não ser quando eram mal atendidas em estabelecimentos comerciais, *me dê a nota fiscal*, como se aquilo fosse uma penalidade ao comerciante e não é, é um direito do cidadão e um dever do comerciante a emissão da nota fiscal.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Secretário, em relação aos R\$ 7 bilhões que o senhor prevê de investimentos, o senhor não imagina nesse orçamento de R\$ 7 bilhões, então, de onde virão essas receitas extraordinárias? Não tem nenhuma previsão dessa receita extraordinária, por exemplo, em relação a vender a conta para o Banco do Brasil? Porque fica difícil entender como serão investidos 7 se foram investidos mais ou menos em torno de 5 com a Copel e a Sanepar e do Tesouro em torno de 1,7 com receita extraordinária. Então, como é que dá esse salto é que não consigo ver, sei de R\$ 5 bilhões para R\$ 7 bilhões sendo que nos 5 tem receita extraordinária. Então, essa é uma questão. A outra, dos inativos e pensionistas, então o que ocorreu? Um bilhão dá 33% de inativos e pensionistas, que são mais ou menos, acho que talvez em relação aos ativos, em torno de número de funcionários, em torno talvez de 20 ou 21%. Acho que não tem tudo isso. O que ocorreu se não houve reajuste, se não houve acréscimo? Ocorreu uma fuga de pessoas se aposentando para que esse impacto fosse desse tamanho?

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, começando pelo fim. O que ocorre é que as pessoas não constituíram ao longo da sua vida profissional reservas matemáticas suficientes que possam cobrir as suas aposentadorias. Temos planos de carreira que foram estabelecidos aqui no Estado que envolvem crescimentos significativos salariais ao final da carreira. Para vocês terem uma ideia, aqui ainda existe o anuênio ou o quinquênio, a cada cinco anos recebe 5% no salário até completar o 30º ano e a partir do 31º ano esse quinquênio se transforma em anuênio e não são 1% ao ano e sim 5% a cada ano, limitado a 50%. As carreiras, as pessoas crescem significativamente nas carreiras e, logicamente, não conseguem nesse período todo constituir reserva matemática para poder pagar as suas aposentadorias no período em que as pessoas ainda vão viver como aposentadas. E temos aqui problemas sérios, aposentadorias precoces, várias, na área da educação, temos aposentadorias precoces na área militar, em que por muitas vezes as pessoas passam menos tempo trabalhando do que recebendo benefícios da área da previdência. Por isso que isso ocorre. Temos aproximadamente 400 novas aposentadorias por mês, então é algo que a tendência é um crescimento significativo até chegar, como falei, em 2023, onde vamos ter um gasto com aposentados e pensionistas muito maior do que os gastos com servidores ativos. E como as pessoas vivem cada vez mais, a tendência é que isso se transforme numa bola de neve e que provavelmente no futuro, se nada for feito, não teremos recursos para pagar nem os inativos, nem os pensionistas e nem os ativos, a não ser que se aumente significativamente a arrecadação de receita por parte do contribuinte. Tem que aumentar muito o ICMS, vai ter que aumentar muito o IPVA para poder cobrir as aposentadorias e pensões que ocorrerão após 2023. A outra questão, a receita dos R\$ 7 bilhões e 600 milhões, aproximadamente R\$ 4 bilhões, R\$ 3 bilhões e 600 milhões são de receitas provenientes das estatais. Então, R\$ 4 bilhões é o que está alocado a ser feito com recursos do Tesouro e recursos provenientes de receitas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Por favor, mais um tempo para o Secretário concluir, por gentileza.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: E essas receitas extraordinárias estão vindo de onde? Alienações de ações da Copel, que fizemos parte delas, e das ações, desculpa, da Sanepar, ações também que temos que vender da Copel, os excedentes acionados. Estamos numa operação também de alienação da concessão do gás, que vence agora, estamos num processo, já contratamos uma avaliação desta concessão para que possamos fazer uma licitação. Temos vários outros ativos que estão sendo avaliados de tal maneira que possamos alavancar recursos importantes. Tem o recurso da antecipação de recebíveis que fizemos agora, que conseguimos aí uma receita de R\$ 1 bilhão e 700 milhões, a operação com a Copel deu R\$ 1 bilhão e 200 milhões. Diria que estamos até agora muito bem na estruturação dessas ações para captação de receitas extraordinárias nesse exercício, para cumprir o que está estabelecido no orçamento dos R\$ 4 bilhões e mais os R\$ 3 bilhões e 600 milhões das nossas empresas estatais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Satisfeito, Deputado Rasca? Com a palavra o último Orador, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): Secretário, quero saudá-lo pela apresentação e pelo trabalho. Vim lá do Interior e enquanto Prefeito sempre tive uma noção muito clara de que o dinheiro não dá cria. Sou veterinário e trago um assunto também aqui dentro dessa área, porque o Estado, a única maneira de ele prosperar e ter uma boa folha de pagamento, ter a capacidade de resgatar a dignidade e a cidadania das pessoas através do atendimento na hora certa da saúde - é muito triste um cidadão que não tem uma casa para morar - e se o Estado não aportar recurso, você acaba sucumbindo o sonho e a esperança das pessoas. Vejo aqui o relatório do Rio de Janeiro, que me envergonha, vejo aqui um Estado que tem uma arrecadação de R\$ 44 bilhões e gastou 56 - R\$ 17 bilhões de déficit. Vejo aqui uma despesa prevista de R\$ 43 bilhões para 2017, com uma despesa de R\$ 59 bilhões - é um déficit de mais de R\$ 16 bilhões. Então, quero saudar quem conduz as receitas deste Estado, porque isso evidentemente, coloco-me como um Deputado lá do Rio de Janeiro, que esperança poderia trazer à população daquele Estado na condição de Parlamentar? Mas, venho aqui fazer algumas cobranças, Secretário. Sou médico veterinário e estava olhando os relatórios da agricultura, vamos colher a maior safra da história do Brasil, 221 milhões de toneladas de grãos - aumentamos em 20% do ano passado para cá. O Estado do Paraná só está atrás do Mato Grosso. O Mato Grosso responde por 24,60% e respondemos por 18,60%. Junto com o Rio Grande do Sul, colhemos 57% da produção do Brasil.

É um dado extraordinário. Na área do leite, a satisfação é maior ainda. O Brasil é o quinto maior produtor de leite do mundo, produz 35 bilhões de litros de leite. Só o leite que fatura no Brasil é maior do que a receita do Estado do Paraná, vai para R\$ 70 bilhões. O Estado do Paraná tem uma receita de R\$ 56 bilhões. E o Paraná, Secretário, é o segundo maior produtor de leite do Brasil, só estamos atrás de Minas Gerais – Minas produz R\$ 8 bilhões, nós produzimos R\$ 4 bilhões e 600 milhões e já deixamos a gauchada para trás, que produzem lá R\$ 4 bilhões e 500 milhões. Até ontem, Guto, que somos do sudoeste, 42 Municípios, a maior bacia leiteira do Estado do Paraná, 1 bilhão e 200 milhões de litros de leite. O faturamento no Paraná do leite é de R\$ 7 bilhões. E faço esta observação porque depois que estoura, percebemos, eu que venho da Secretaria da Agricultura, sou médico veterinário, tenho militância na área e venho aqui fazer um apelo, porque Governo faço também, estou junto, mas me preocupa, a Secretaria da Agricultura, depois de 20 anos, é a primeira vez que vejo dinheiro lá, que já fui Prefeito dois mandatos, minha mulher foi Prefeita, meu pai foi Prefeito e depois de 20 anos estamos chegando a um tempo em que dá para levar Prefeitos e ter dinheiro lá na Secretaria. Mas, Secretário, tem um concurso que o Dr. Inácio me contou, lá da Agepar, a Adapar, de contratação de 200 profissionais e falta contratar 67. Desses 67 aqui, tenho a relação, são sete engenheiros agrônomos, 25 médicos veterinários e 37 técnicos agrícolas. Queria fazer um apelo para Vossa Excelência, que colocasse dinheiro lá para poder fazer a contratação, porque Deus me livre que entre a tal da febre aftosa no Estado do Paraná. Santa Catarina é o único Estado, Guto Silva, livre de febre aftosa sem vacinação. O que garante? Garante poder... (É retirado do som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Para concluir, por favor.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): ... dos Estados Unidos e do Japão. Então, gostaria que você desse uma elasticidade de mais um segundo aqui para...

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Corti, vamos fazer o seguinte para seguir o Regimento: O Secretário fará agora a resposta, tem cinco minutos, depois Vossa Excelência tem três minutos de réplica. Ai seguimos o Regimento e damos celeridade ao processo. Ok?

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): Quero fazer um pedido e já queria sua resposta para chamar esse pessoal lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Deputado Corti, deixa só, apenas vamos fazer o seguinte: O Senhor abre mão da réplica, então, e conclui a pergunta neste momento?

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Por favor.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): Então, peço que o senhor assim destine recurso e se o senhor pode dizer se podemos chamar esse pessoal para evitar um caos amanhã, que o leite hoje é um R\$ 1,50 e se entrar a febre aftosa não vende mais, vai para R\$ 0,50, quebramos o Estado do Paraná. (Inaudível.) (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Som para o Orador, por favor.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): É para matar! Está bom. O que faço?

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Prossegue o questionamento, Deputado. Pode seguir com o questionamento que vamos inverter. Já que o senhor não vai fazer a réplica, o senhor pode concluir e o Secretário responde o pacote final para podermos encerrar a Audiência.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CORTI (PSC): Então, essa questão do concurso público, o chamamento é imprescindível. Segundo, sou admirador do progresso e do desenvolvimento. Quero saudar os Governos que atraíram empresas para o Estado do Paraná e hoje colhemos resultado com o ICMS robusto. Quero perguntar a Vossa Excelência o que o Estado do Paraná tem? Sei que tem política de atração, mas o que é que temos? Temos perdigueiro distribuído no Brasil para atrair indústrias? Porque era muito pequeno e deixei de trazer uma indústria para o Estado do Paraná, a Agro Latina, porque não tinha força para falar com o Governador ontem. Então, gostaria que o senhor pudesse responder. E a outra pergunta: Essa política de atração de empresas que o Governador Beto Richa faz de maneira extraordinária no Estado do Paraná, quero solicitar que ocorra uma distribuição nas regiões interioranas, Guto, porque senão vamos ficar só com um emprego que dá um salário mínimo e o nosso filho do agricultor vai bolhar o pé aqui para a Região Metropolitana. Quero pedir se existe política para distribuição dessas empresas nas nossas comunidades, Guto, lá do Sudoeste, lá do Oeste, pois isso traz o progresso e distribui na região com um todo. Era isso, Sr. Secretário.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Bom, o Paraná, logicamente, o Governo do Estado dá um grande, um maior incentivo que pode ser dado a esse setor, de dar toda a infraestrutura necessária para que se possa produzir aqui no Estado. Pode ser observado com os investimentos que estamos fazendo na área de educação, R\$ 10 bilhões; na área da saúde, R\$ 4 bilhões e 600 milhões; na área da agricultura e inclusive foram demonstrados ali os investimentos crescentes na área da agricultura, inclusive na contratação de pessoal. Já foram contratados servidores para os órgãos da Secretaria da Agricultura no ano passado, no ano retrasado também, em 2015, e no ano de 2016, mas vamos avaliar essa questão ainda no exercício de 2017. Não posso prometer nada agora, porque depende, logicamente, do comportamento da economia, o impacto do comportamento da economia nas receitas do Estado. O Estado tem um programa muito importante, que foi instituído pelo Governador Beto Richa, que é o Programa “Paraná Competitivo”, que gerou aí investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões. Estamos falando de 60 empresas que investiram valores significativos aqui no Estado, que geraram algo em torno de 100 mil empregos aqui no Estado do Paraná. E essas

mesmas empresas que propiciaram que em janeiro pudéssemos antecipar esses recebíveis delas, ingressando nos cofres do Estado, já no mês de janeiro, para investimentos no decorrer do exercício, mais R\$ 1 bilhão e 700 milhões. Estamos fazendo uma revisão nesse Programa que vai inclusive permitir que as empresas que eventualmente tenham crédito acumulado, grande parte delas eventualmente estão nesse setor que exportam bastante, possam também utilizar esse créditos acumulados, logicamente até um determinado limite, para investimentos no Estado, para ampliarmos os investimentos aqui no Estado do Paraná. Então, é uma reformulação. Estaremos lançando esse Programa acreditado que aproximadamente no dia 16, se não me falha a memória, 16 de março, e todos os senhores estão convidados para que possamos juntos celebrar o novo programa que vai estimular cada vez mais os investimentos aqui no Estado do Paraná. E, logicamente, essas atividades também são isentas de impostos. Não cobramos impostos dessa atividade, por mais robusta que elas sejam, diretamente elas não pagam impostos aos Estados. Essa atividade econômica gera impostos indiretos e não impostos pagos por essas empresas que têm benefícios fiscais já concedidos aqui para o Estado e que vamos ampliar ainda no Programa “Paraná Competitivo”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Esta Casa agradece a sempre esclarecedora contribuição do Secretário Mauro Ricardo e, não havendo mais nenhum Deputado inscrito, declaro encerrada a Audiência Pública.

DEPUTADO LUÍS RAIMUNDO CONTI: O Secretário não respondeu a minha pergunta se existe uma política para distribuição dessas indústrias no Interior também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Vamos lá. Voltamos, então. Por favor, Secretário.

SECRETÁRIO MAURO RICARDO: Muito bem. Esses investimentos, grande parte deles foram feitos no Interior, não foram feitos aqui em Curitiba. Aliás, não se faz nenhum desses aqui, os investimentos foram feitos todos pelo Interior do Estado. Uma opção, logicamente, é da empresa, no programa “Paraná Competitivo” a empresa vê qual é a área que melhor se adequa às suas necessidades. No que se refere ao setor agrícola, o incentivo é dado a todas as empresas que estão em qualquer parte do Estado do Paraná, têm benefícios fiscais dados pelo Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Guto Silva - PSD): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 6 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Veto Parcial n.º 34/2016, ao Projeto de Lei n.º 10/2016; Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 720/2015, 136/2016 e 139/2016; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 23/2015 e 335/2016; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 544/2016; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 938/2015, 220/2016 e 528/2016.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h25, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)

17494/2017

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/2017

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições previstas no inciso V do artigo 40 da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016 e com base no que dispõem a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 2º da Lei Estadual nº 14.502, de 17 de setembro de 2004, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 2.515, de 2017,

R E S O L V E:

Conceder a DIRLEI THEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 41.059, servidora estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Assessor Legislativo, lotada na 2ª Secretaria, licença remuneratória para fins de aposentadoria a partir de 1º/03/2017.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de março de 2017.

ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

JONAS GUIMARÃES
2º Secretário

17495/2017

Editais e Contratos

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o cancelamento do procedimento licitatório Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 008/2017, (Aquisição eventual de periféricos e peças em geral para o setor de Tecnologia da Informação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná), em decorrência de incongruências na planilha de preços.

Curitiba, 06 de março de 2017.

Josenilda Benedito
Pregoeira

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA RP Nº 006/2017

VENCEDOR: SUPER IMAGEM DIGITAL LTDA

Item	Quant.	Especificações	Valor Unitário
1	30	m² de banner 0,50 x 0,60	R\$ 6,56
2	80	m² de banner 0,90 x 1,20	R\$ 23,61
3	20	m² de banner 1,80 x 2,40	R\$ 94,44
4	10	m² de banner 3,00 x 4,00	R\$ 262,56

Pregoeira: Josenilda Benedito

Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial Para Registro de Preços nº 004/2017.

Data da abertura: 20/03/2017

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual de água mineral, água de coco, refrigerantes e sucos para a Assembleia Legislativa do Paraná.

Valor máximo: **R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) anual.**

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 com Josenilda Benedito e 3350-4303 com Sandro Machinski ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3007.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 06 de março de 2017.

17496/2017

Publicação em Diário Oficial
Basta acessar o portal da Imprensa Oficial através do endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>, e clicar em ENVIAR PARTICULAR no canto superior direito. O arquivo eletrônico deve estar salvo na extensão RTF, ODT ou PDF. E a formatação do documento deve ser em folha A4, coluna do texto em 8cm, fonte arial ou times new roman tamanho 7.

Consulta dos Diários Oficiais
Acessando o endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>, no canto direito existe um pequeno formulário para pesquisa. Selecione o diário, informe a data inicial e final, e na pesquisa textual informe o protocolo de sua publicação ou texto que necessitar.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Sistema de Publicações Oficiais.
Mais segurança ao cidadão paranaense.
www.imprensaoficial.pr.gov.br



ImprensaNet



Versão 2.5.27

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Página inicial

Área restrita

Para acessar a área restrita você precisa se identificar preenchendo os campos abaixo com a chave do SENTINELA:

Usuário Senha Versão
1.7.2

Entrar

[Esqueci a Senha](#)[Mudar Senha](#)

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

R. 45 - Juvevê

Paraná - Brasil

Sistema de Publicações Oficiais

**Mais segurança,
mais agilidade e economia.
Modernidade ao alcance de um clique.**

www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO